20 ANOS DOS BRASILEIROS NO JAPÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Ministro de Estado* Embaixador Celso Amorim
*Secretário-Geral* Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

*Presidente* Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

# 20 anos dos brasileiros no Japão

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

**Equipe Técnica:**
Maria Marta Cezar Lopes
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Fernanda Leal Wanderley
Fernanda Antunes Siqueira
Juliana Corrêa de Freitas
Pablo de Rezende Saturnino Braga

**Programação Visual e Diagramação:**
Juliana Orem e Maurício Cardoso

**Nota:** O editor manteve a ortografia dos textos originais.

Impresso no Brasil 2010

A625 20 anos dos brasileiros no Japão. – Brasília : FUNAG, 2010.
64p.

Seminário "20 anos dos Brasileiros no Japão", 30 de julho, de 2010, U Thant, Universidade das Nações Unidas, Tóquio.

ISBN: 978.85.7631.276-5

1. Imigração - Brasil-Japão. 2. Fenômeno decasségui. 3. Acordo da Previdência Brasil-Japão.

CDU: 327(81:52)
314.742(81:52)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

# Sumário

Prefácio - 20 Anos dos Brasileiros no Japão, 7
*Embaixador Eduardo Gradilone*

Reflexões Sobre os 20 Anos do Movimento "Dekassegui"- A Perspectiva de um Brasileiro Radicado no Japão, 11
*Angelo Ishi Professor Associado - Musashi University*

Reflexão Sobre os 20 Anos da Imigração Brasileira no Japão na Ótica de um Ex-Prefeito de Hamamatsu, 21
*Yasuyuki Kitawaki - Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio*

A Educação de Crianças Brasileiras no Japão - Desafios para os Próximos 10 Anos, 41
*Lilian Terumi Hatano - Kinki University*

Questões Atuais Relativas à Política Ddos Estrangeiros no Japão, 51
*Keizo Yamawaki - Universidade Meiji*

# Prefácio

*Embaixador Eduardo Gradilone*

A idéia de se comemorar os 20 anos da presença brasileira no Japão surgiu como contraponto aos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil, celebrada ao longo de 2008.

Data de 1990 a mudança da lei japonesa de imigração que permitiu a entrada de *nikkeis* latino-americanos no arquipélago nipônico. A medida teve por objetivo atender às necessidades de mão-de-obra para a indústria japonesa e, efetivamente, provocou grande atração de brasileiros para o Japão. O elemento étnico foi levado em consideração na redação da legislação, na expectativa de facilitar a adaptação e a integração da mão-de-obra imigrante à cultura japonesa. Se a lei japonesa pode ser considerada, pelo lado japonês, o marco histórico do movimento decasségui, pelo lado brasileiro, muitos consideram o Plano Collor, de março de 1990, como fator complementar de motivação.

O "fenômeno decasségui" produziu inúmeras transformações na sociedade japonesa. Foi responsável pela formação de uma rede de serviços e de negócios voltados especialmente para a comunidade brasileira. Graças a esse fenômeno, estabeleceram-se no Japão uma centena de escolas com currículo em português; várias casas comerciais fornecedoras de produtos brasileiros; jornais, revistas e um canal de televisão em língua portuguesa; 7 agências do Banco do Brasil, uma do Banco Itaú e um escritório de representação da Caixa Econômica Federal;

além da Embaixada em Tóquio e dos Consulados-Gerais em Tóquio, Nagóia e Hamamatsu.

O ano de 2009 foi marcado pela crise econômica em escala global, responsável pela perda de empregos em todo o mundo. Os trabalhadores brasileiros residentes no Japão foram particularmente afetados e uma das conseqüências desses tempos turbulentos foi a diminuição da comunidade brasileira naquele país. Em março de 2008, havia 317 mil nacionais; em dezembro de 2009, somavam 267 mil os brasileiros em território japonês. Estima-se, portanto, em aproximadamente 50 mil o número de nacionais que retornaram ao Brasil desde o início da crise financeira.

Os momentos de dificuldades foram enfrentados com muita coragem pela comunidade brasileira *nikkei* residente no Japão e despertaram o que há de melhor na alma brasileira: solidariedade e amizade.

Em reconhecimento à importância da comunidade brasileira no Japão, as duas décadas da presença brasileira no arquipélago foram celebradas com a realização de eventos significativos em diversas cidades do país, contando com a presença dos Ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, da Previdência Social, Carlos Gabas, do Deputado Federal Vinícius de Carvalho (PT do B-RJ), da Chefe do Departamento de Comunidades Brasileiras (DCB), Ministra Mariangela Rebuá, do Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Paulo Sergio de Almeida, além de vários assessores ministeriais graduados.

As atividades relativas aos "20 Anos dos Brasileiros no Japão" tiveram início no dia 29 de julho, em Tóquio, com a assinatura do Acordo da Previdência Brasil-Japão, no gabinete do Chanceler japonês. O Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, assinou o acordo pelo lado brasileiro, em contrapartida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Katsuya Okada. A assinatura do acordo foi, sem dúvida, um dos fatos mais relevantes para a comunidade brasileira nestes vinte anos de história no Japão.

No dia 30 de julho, realizou-se o Seminário "20 Anos dos Brasileiros no Japão", no auditório U Thant da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio. O evento contou com a presença de cerca de 400 pessoas, distribuídas equanimemente entre brasileiros e japoneses. O Secretário de Estado da Saúde, Trabalho e Bem- Estar, Ritsuo Hosokawa, e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Osamu Fujimura, participaram da abertura dos trabalhos.

O primeiro painel do Seminário, "Reflexão sobre os 20 anos da Emigração Brasileira no Japão", apresentou a perspectiva brasileira do movimento migratório. O Prof. Angelo Ishi, da Musashi University, autor da palestra, veio para o Japão em 1990 como bolsista do Ministério da Educação japonês com o propósito de estudar especificamente o movimento decasségui. O segundo painel expôs a visão japonesa dos "20 anos da Emigração Brasileira no Japão", na palestra do Prof. Yasuyuki Kitawaki, da Tokyo Gaigodai. O Prof. Kitawaki foi prefeito de Hamamatsu (1999-2007), cargo que lhe proporcionou as ferramentas necessárias para tornar-se profundo conhecedor da comunidade brasileira no Japão e lhe conferiu sólidas credenciais para tratar do tema. A professora Lilian Hatano, da Kinki University, discorreu sobre a "Educação das Crianças Brasileiras no Japão", tema central na atualidade para a comunidade brasileira no arquipélago. A quarta e última palestra, "Políticas Migratórias Japonesas para a Integração", foi proferida pelo Prof. Keizo Yamawaki, da Meiji University, talvez o maior estudioso de políticas migratórias no Japão.

Em 1º de agosto, foi inaugurado o Escritório Experimental da Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu, com a presença de autoridades brasileiras visitantes, do Prefeito de Hamamatsu, Yassutomo Suzuki, e do Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Hamamatsu, Katsuhiko Nakamura.

O "Dia dos Brasileiros" em Nagóia, realizado no dia 2 de agosto, constou de grande festa popular que permitiu o congraçamento da numerosa população brasileira que vive nas Províncias de Aichi e Shizuoka, regiões com maior concentração de brasileiros.

Os eventos alusivos aos 20 Anos dos Brasileiros no Japão culminaram com a Semana do Trabalhador Brasileiro nas cidades de Hamamatsu, Nagóia, Oizumi e Toyohashi, na semana de 2 a 7 de agosto. As consultas trabalhistas feitas pela comunidade brasileira naquelas localidades contaram com a assistência de advogados japoneses, contratados especialmente para orientar nossos nacionais em demandas trabalhistas, e com funcionários dos Consulados-Gerais do Brasil no Japão.

É muito positiva, sob qualquer ângulo, a avaliação sobre os eventos que marcaram a celebração da data. A presença de dois Ministros de Estado, de um Deputado Federal, da Diretora do DCB, do Presidente do CNIg, que veio ao Japão acompanhado de todos os membros do Conselho, e a minha, na qualidade de Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior,

confirmou a importância atribuída pelo governo brasileiro à comemoração dos 20 anos da emigração de seus nacionais para o arquipélago nipônico.

O Seminário organizado em Tóquio foi um dos maiores e mais importantes debates acadêmicos sobre esse movimento, desde sua origem há 20 anos. Por esse motivo, a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior decidiu compilar, com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão, as palestras do colóquio neste livro comemorativo, cuja apresentação tenho enorme prazer em prefaciar.

Além de ter marcado um momento importante na história da emigração brasileira para o Japão, a celebração dos "20 Anos dos Brasileiros no Japão" permitiu à comunidade brasileira sentir-se alvo de atenção e estímulo em momento de dificuldades e incertezas, com alto índice de desemprego, que causaram o retorno de 45 mil nacionais ao Brasil ao longo de 2009, e elevada evasão escolar das escolas brasileiras locais.

A dimensão humana constitui um dos mais importantes e significativos elementos de singularização do relacionamento entre Brasil e Japão. Os eventos comemorativos dos "20 Anos dos Brasileiros no Japão", assim como os que celebraram os "100 anos da imigração japonesa para o Brasil", cumpriram o papel de registrar a história de duas décadas da comunidade brasileira no Japão, ao permitir reflexão sobre essa realidade e sobre os méritos de uma migração que liga gerações e nos beneficia a todos, brasileiros e japoneses.

Embaixador Eduardo Gradilone
Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior

# Reflexões sobre os 20 anos do movimento "dekassegui" - a perspectiva de um brasileiro radicado no Japão

*Angelo Ishi*

**Introdução**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Embaixada e ao Governo brasileiro pelo convite para participar deste Seminário histórico. Meu objetivo é traçar reflexões sobre as duas décadas do chamado movimento "dekassegui", na perspectiva de um brasileiro radicado há exatos 20 anos no Japão. Não se trata de uma abordagem estritamente acadêmica, mas as análises são embasadas em pesquisas de campo extensivas que venho realizando desde abril de 1990, pouco antes da implementação da reforma da Lei de Imigração japonesa, quando vim para o Japão como bolsista do Ministério da Educação japonês. Ou, para ser mais preciso, a observação sistemática deste fenômeno foi iniciada antes mesmo de 1990, já que acompanhei o início da revoada para o Japão quando, ainda um estudante universitário, trabalhei como repórter de um diário da comunidade nipo-brasileira, de 1986 a 88.

Estamos num momento delicado, em que é difícil usar o termo "celebração" ou "comemoração", pois as feridas deixadas pela crise do desemprego pós-choque de 2008 ainda permanecem dolorosas. Mas isso não diminui a importância de se pensar no significado desta data. Por isso, é oportuna a iniciativa de se organizar este simpósio e de situá-lo como um momento de "reflexão".

O dilema de qualquer reflexão como esta é selecionar o que (e até que ponto) deve ser enfatizado: as conquistas ou os problemas? Histórias de sucesso ou tragédias? O que vamos registrar como relevante e simbólico dos 20 anos é sempre uma escolha subjetiva e certamente vai variar conforme o nosso posicionamento político-ideológico, a nossa condição sócio-econômica, o nosso grau de comprometimento com a chamada "comunidade brasileira". Qualquer seleção é necessariamente incompleta, e portanto, passível de questionamento.

É inegável que a conjuntura econômica tende a influenciar de forma decisiva o que vamos enxergar e apontar como relevante. Se este Seminário tivesse acontecido dois anos atrás, em plena época de festividades do Centenário, teria sido mais fácil dar ênfase aos aspectos positivos do movimento migratório transnacional. Hoje, certamente seria mais fácil e cômodo apontar problemas e procurar os vilões. Prefiro evitar este caminho. O que vou traçar aqui é um paralelo entre a evolução da comunidade brasileira no Japão e a evolução dos termos utilizados para se denominar este movimento migratório e os migrantes. As mudanças na terminologia refletem mudanças na percepção sobre este movimento migratório, tanto por parte dos próprios migrantes como também por quem se relaciona com eles. A hipótese é de que, ao longo desses 20 anos, não mudou apenas a "realidade" dos dekasseguis. Mudou a "percepção" deles sobre a sua estadia no Japão.

## 1) De "U-Turn" para "Dekassegui": a era pré-1990

Se a história oficial dos dekasseguis começa em 1990, não se pode ignorar o período de "pré-história" deste fenômeno, que teria começado em meados dos anos 80.

A primeira questão que precisamos considerar é que não há um consenso a respeito do "ano zero" da migração Brasil-Japão. Ninguém pode afirmar, categoricamente, qual seria a data ideal a ser fixada como o "big ban" do chamado "movimento dekassegui" (voltarei ao assunto na seção 3).

O primeiro termo utilizado para se referir ao fenômeno migratório na rota Brasil-Japão foi o "U-Turn Guenshoo", ou seja, "Fenômeno U-Turn". Era uma referência à curva em forma de "U" dos japoneses que haviam migrado para o Brasil, mas que estavam dando meia-volta e fazendo a rota inversa de volta para o Japão. Em japonês, o termo se referia principalmente aos "issei", imigrantes da primeira geração. Mas o conceito de "retorno"

certamente serviu de inspiração para que alguns autores em inglês usassem o termo "return migrants", incluindo aí não apenas os "issei" mas também os "nissei" da segunda geração nascidos no Brasil. A meu ver, o termo "return migrant" só deveria ser usado para se referir estritamente aos "issei".

É razoável supor-se que os primeiros "issei" tenham feito o seu "U-Turn" para o Japão já na primeira metade da década de 80. Mas ele só começou a ser percebido e comentado como uma tendência ou um fenômeno na segunda metade da década. E logo deu lugar ao mais duradouro e famoso termo "dekassegui", grafado em português com "k" e dois "s", e em japonês com kanji (ideograma). O termo era mais apropriado para abranger o crescente número de "nissei" e "sansei" (terceira geração) que, mesmo antes de 1990, se animaram a "sair" ("deru") do Brasil para "ganhar dinheiro" ("kassegu") no Japão.

E quantos eram esses "dekasseguis" pioneiros?

No semanário *Japão Agora*, um jornal inteiramente em português editado pela empresa jornalística *Jornal Paulista* (que mais tarde se fundiu ao *Diário Nippak* originando o atual *Nikkey Shimbun*), organizei um debate sobre o fenômeno dekassegui publicado na edição de 10 de março de 1989. Reproduzo o primeiro parágrafo do texto que redigi na época:

"Uns dizem que há de 7 a 8 mil nikkeis trabalhando neste momento no Japão. Outros garantem que este número ultrapassa dez mil. Enquanto o "dekassegui" ganha mais e mais adeptos, cresce o interesse dos que ficaram no Brasil: quais as vantagens e os problemas para quem trabalha no Japão?"

O debate foi bem esclarecedor para quem estava pensando em ir para o Japão. Um nikkei que tinha voltado depois de 2 anos de Japão explicava, por exemplo, que "o issei só precisa financiar a passagem de ida, porque está no país dele. O nissei tem que pagar ida e volta, porque vai com visto de turista".

É irônico que, naquele debate, todos nós estivéssemos assustados com o fato de que mais de "dez mil" pessoas tivessem ido ao Japão. Ninguém foi capaz de imaginar que esse número ultrapassaria os 100 mil, mais tarde os 200 mil, e finalmente os 300 mil.

O número assustava porque tínhamos acabado de comemorar os 80 anos da imigração japonesa ao Brasil em 1988. Na época, muitos proclamavam que os nikkeis já estavam plenamente integrados à sociedade brasileira, e que a comunidade nikkei era uma minoria étnica exemplar, incluído aí o sucesso econômico. Mas a verdade é que, como acabamos de ver, muitos tinham sentido a necessidade e/ou a vontade de trabalhar no Japão.

A multiplicação no número de dekasseguis se deu graças à reforma na legislação, que permitiu que os nikkeis (descendentes de japoneses) entrassem legalmente no Japão, sem limitações no tipo de atividade. E deu início, oficialmente, à era dos dekasseguis.

## 2) De "Dekassegui" para "Decasségui": a década de 1990

A década de 90 foi marcada pelo extraordinário aumento no número de brasileiros no Japão, com 250 mil brasileiros registrados pelo Ministério da Justiça japonês no final da década. Foi também uma década marcada pela "quebra dos mitos", que foi inclusive título de livro. O maior mito quebrado foi o de que seria possível juntar uma pequena fortuna em apenas dois ou três anos.

Para uns, a primeira metade da década foi uma época dourada, com altos ganhos e muita hora-extra; para outros, foi um pesadelo de problemas trabalhistas dos mais variados. Surgiram os primeiros restaurantes, as primeiras lojas de produtos brasileiros, os primeiros jornais em português. Houve um florescimento no comércio e nos serviços verde-amarelos no Japão, que costumo definir como a "Indústria da saudade". "Matar as saudades do Brasil" foi o conceito mais exaustivamente utilizado para se oferecer algo aos dekasseguis. Mais tarde, especialmente na segunda metade da década, expandiu-se a "indústria da auto-estima", com palestras motivacionais, concursos de beleza, seções de fotografias e colunas sociais na imprensa.

Podemos destacar a abertura do primeiro shopping center brasileiro em Oizumi, província de Gunma, em 1996; o lançamento do canal de televisão com transmissão da programação da Rede Globo, em 1997; e a inauguração da primeira escola brasileira em 1999, como divisores de água que definem mudanças decisivas no estilo de vida e no comportamento dos brasileiros no Japão. Eles passaram a gozar de mais comodidade, com acesso a quase tudo o que se pudesse imaginar em termos de serviços e produtos "made in Brazil". Também não podemos ignorar a melhoria nos serviços públicos, com a abertura do Consulado de Nagoya, a inauguração de um Consulado em Tokyo em local separado da Embaixada e a criação dos Conselhos de Cidadãos.

Se formos enfatizar tragédias, tivemos em 1992 o caso Maeda, em que o brasileiro Terumi Maeda Jr. foi preso por acusação de ter assassinado uma garçonete japonesa, e em 1998 o caso Herculano, com a morte do garoto

Herculano Lukosevicius, que foi linchado por adolescentes japoneses em Komaki, na província de Aichi. Houve ainda o caso Ana Bortz, que ganhou em 1999 um processo contra uma joalheria por discriminação racial em Hamamatsu.

Pode-se definir a década de 90 como o período de "desestigmatização" do vocábulo "dekassegui". Os pioneiros da década de 80 tiveram que partir para o Japão sob a pressão de dois estigmas: o "deixo o país, portanto não o amo" (iam na contramão da ideologia do "Brasil, ame-o ou deixe-o") e do "minoria fracassada da comunidade nikkei" (contrariavam a imagem de sucesso e integração dos nikkeis no Brasil). Ao longo da década de 90, porém, a própria massificação/banalização do fluxo migratório Brasil-Japão fez com que a palavra "dekassegui" não fosse mais algo tão extraordinário, nem para o bem, nem para o mal. Quem tentava uma nova vida do outro lado do mundo não era mais considerado especialmente "corajoso", mas, em compensação, também não era mais desprezado como um "covarde" (por estar fugindo da realidade brasileira).

De todo modo, é a época em que eu e muitos autores passamos a grafar o termo dekassegui não mais com o kanji, mas em *katakana*, para desvinculá-lo da carga negativa que vinha embutida na grafia original. O katakana é usado para grafar estrangeirismos, e a nossa concepção era essa mesma, de que estávamos importando um termo que já fazia parte do jargão dos falantes da língua portuguesa.

A mídia japonesa, assim como o governo, vem usando o termo "nikkeijin roodoosha" ("trabalhador nikkei") para se referir aos brasileiros que vieram ganhar dinheiro no Japão. É compreensível que eles tenham usado este termo, pois do ponto de vista do país receptor, não importam as motivações ou o "para que" eles vieram. Importava "o que" esses nikkeis estavam fazendo, ou seja, eram "trabalhadores" que supriam a escassez de mão-de-obra no setor manufatureiro, de construção civil, hospitais etc.

Eles também não se importavam com o fato de que muitos desses brasileiros que vieram para cá não eram na verdade "nikkeis", pois eram "não-nikkeis" que conseguiram visto por serem cônjuges de nikkeis. Importava para eles o fator jurídico: quem entra com o visto destinado aos nikkeis tem permissão legal para trabalhar.

Quando os brasileiros começaram a ser reconhecidos não só como "força de trabalho" mas como "residentes", o reconhecimento veio acompanhado de um certo viés. Embora apenas uma parcela dos brasileiros residisse em

conjuntos habitacionais ("danchi"), as tensões e conflitos nos "danchi" passaram a ser enfatizados, de uma forma exagerada, como uma suposta prova de impossibilidade de uma convivência saudável entre brasileiros e japoneses.

Por outro lado, a década de 90 foi o período em que a palavra "dekassegui" se popularizou não só no âmbito da comunidade nipo-brasileira, mas da população brasileira em geral. O Dicionário Houaiss, um dos mais importantes dicionários da língua portuguesa lançado em 2001, incluiu o verbete "decasségui", com "c" e acento agudo no "e". Apesar da grafia discutível, essa inclusão como vocábulo da língua portuguesa tem o valor simbólico de reconhecer a existência dessas pessoas e desse fenômeno. E é uma ironia que o termo tenha ganhado o reconhecimento dos linguistas em um momento em que os decasséguis já não se identificavam muito com esse termo, ou seja, estavam deixando de ser "decasséguis", conforme veremos a seguir.

### 3) De "Decasségui" para "imigrante" ("brasileiro no Japão"): a década de 2000

O novo milênio pode ser definido como o período em que uma considerável parcela dos decasséguis acordou da ilusão do "eterno retorno" (ou seja, da "temporariedade" da sua estadia no Japão) e passou a admitir, tanto para si como para os outros, a sua condição de "permanência" neste país. A chamada de capa de uma revista é emblemática: "Casa própria - Brasileiros deixam de ser trabalhadores temporários e assumem a condição de imigrantes". A reportagem abordava o aumento no número de brasileiros que estão comprando residência no Japão. Alguns revisaram (e muitos desistiram) dos sonhos da casa própria e do negócio próprio no Brasil, mas realizaram o seu sonho de classe média ao comprar uma casa e/ou abrir negócio no Japão.

O número de pessoas que tiraram visto permanente, que era de apenas 2.644 no ano de 1998, aumentou exponencialmente, para a casa dos 100 mil. Entretanto, muitos deles declaram, ainda assim, querer passar a sua terceira idade no Brasil, e não no Japão. Ou seja, o visto permanente não significa automaticamente uma tendência de fixação definitiva no Japão.

Certamente, a atuação do "Gaikokujin Shuju Toshi Kaigi", a rede das prefeituras de cidades com grande concentração de estrangeiros criada em 2001, foi decisiva para pressionar o governo central, a opinião pública e os

meios de comunicação a darem mais atenção a esses "novos imigrantes". Os brasileiros no Japão passaram a ser vistos não somente como trabalhadores temporários, mas como residentes, cidadãos e membros da chamada "sociedade local" (chiiki shakai) ou "comunidade local", noção que os japoneses prezam muito.

Se na década de 90 o conceito de "sucesso" era diretamente ligado ao montante de dinheiro acumulado ao longo do período de "dekassegi", na era dos "imigrantes" os critérios de avaliação mútua sofreram transformações. As pessoas passaram a procurar maior qualidade de vida, mesmo que isso implicasse em queda no rendimento ou corte na poupança. A diversificação dos negócios de brasileiros no Japão, com a expansão da indústria do entretenimento, foi ao mesmo tempo uma das causas e um dos efeitos desta tendência.

Os anos 2000 são marcados por tendências como o aumento no número de pessoas buscando empregos fora das fábricas, com mais pessoas saindo do círculo dos serviços "3K" (sujos, pesados,perigosos), ainda que fosse para ganharem menos. Foi também a década em que a chamada "questão da educação das crianças brasileiras no Japão" se projetou como um dos temas centrais na pauta de qualquer discussão sobre os brasileiros no Japão. Isso é reflexo direto do aumento na população jovem, e do crescimento da segunda geração nascida e/ou crescida aqui, que eu chamo de "zainichi burajirujin nissei", a segunda geração de brasileiros no Japão, em contraposição à minha geração, que se transformou em "zainichi burajirujin issei", primeira geração de brasileiros no Japão.

Se perante a sociedade japonesa os brasileiros demoraram muito para ganhar visibilidade, perante a sociedade brasileira eles obtiveram reconhecimento já na década de 90, graças a uma palavra mágica: remessas. A imprensa sempre bateu na tecla de que os dekasseguis enviavam somas volumosas de remessas, isto é, contribuíam para a economia brasileira mesmo estando longe.

Foi, porém, somente no novo milênio que o imigrante brasileiro no Japão foi contemplado com um projeto de grande porte que fosse claramente vinculado à questão das remessas: o "Dekassegui Empreendedor", em parceria do Sebrae e do BID, lançado em 2005. O projeto objetivava direcionar o dinheiro ganho pelos imigrantes no Japão para a abertura de negócio próprio no Brasil. E é curioso que o nome do projeto leve a palavra "dekassegui", na sua forma original, com "k" e "ss".

Em termos de movimentações por parte do governo brasileiro, esta nova década foi marcada, entre outros, pelo lançamento dos exames supletivos para quem reside no Japão e a abertura de um terceiro Consulado em território japonês, em Hamamatsu.

O Centenário da imigração japonesa ao Brasil, celebrado em 2008, foi outro momento marcante para os brasileiros no Japão. E chama a atenção o fato de que, durante o ano de 2008, inúmeras vozes da comunidade brasileira no Japão abraçaram a ideia de que o Centenário da Imigração japonesa ao Brasil era, ao mesmo tempo, o momento de se comemorar os "20 anos do movimento dekassegui". O exemplo mais veemente foi o movimento "100 plus 20", que associava os "100 anos" da migração Japão-Brasil aos "20 anos" da migração Brasil-Japão. Ao fazer isso, eles estavam, implicitamente, decretando o ano de 1988 como sendo o início da migração dekassegui.

No futuro, a história dos brasileiros no Japão certamente será dividida pelos historiadores em "pré-2008" e "pós-2008". Não por causa da celebração do Centenário da imigração que aconteceu naquele ano, mas devido ao que aconteceu depois das celebrações, no segundo semestre: o tal "choque da Lehman Brothers", a crise financeira global e a demissão em massa de trabalhadores no Japão, a começar pelos brasileiros que eram enviados para as fábricas via empreiteira.

A crise do desemprego teve efeitos devastadores para a comunidade brasileira no Japão. E desencadeou acontecimentos inéditos, como as passeatas em prol de emprego e educação que aconteceram em Tóquio e em Nagoya no início do ano 2009, e a formação de uma rede das lideranças brasileiras no Japão a nível nacional: a Network Nacional dos Brasileiros no Japão.

Apesar das sequelas, a era pós-2008 foi também um período de "conscientização intensiva" da comunidade, em que muitos dos que decidiram permanecer no Japão acordaram para a importância da ajuda mútua e do aprendizado da língua japonesa. Para os que retornaram ao Brasil, ficou a dúvida: os anos de Japão foram um "tempo perdido" ou uma "experiência acumulada"? E os imigrantes retornados que entrevistei em São Paulo repetiram duas palavras que os afligiam: "defasagem" e "desatualização".

### 4) De "imigrante" ("brasileiro no Japão") para "brasileiro no mundo": 2010~

Se a primeira década do novo milênio foi marcada pela mudança de postura dos decasséguis e um aumento na sua consciência de "imigrantes", o

final desta primeira década está marcando, a meu ver, o prenúncio de uma nova era, em que cada vez mais os brasileiros no Japão se identificam como parte integrante do gigantesco e heterogêneo grupo de "brasileiros no mundo". A rigor, o início desta nova era começou em 2008, quando aconteceu a Primeira Conferência "Brasileiros no Mundo", organizada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro no Rio de Janeiro. Mas resolvi, tentativamente, colocar 2010 como o início da nova era, porque é neste ano que estão se acelerando as movimentações relacionadas aos brasileiros expatriados. O presidente Lula acaba de assinar em junho o Decreto nº 7.214, que cria o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), um conselho permanente de representantes dos brasileiros em cada país.

A década que começa em 2010 deverá ser marcada por uma intensificação no intercâmbio transnacional entre os brasileiros no Japão e os brasileiros que migraram para outros países. E este intercâmbio deverá se fortalecer não só no âmbito das atividades políticas, mas virtualmente em todos os setores: troca de informações, parcerias de negócios, eventos culturais, produções artísticas, e, claro, um maior fluxo de pessoas, isto é, brasileiros residentes no Japão viajando não apenas para o Brasil, mas visitando e/ou recebendo visitas dos brasileiros residentes em outros países. Só para citar um exemplo, visitei em maio a Expo Business America em Boston. É a versão norte-americana da Expo Business de Nagoya, que se consolidou como um dos eventos importantes dos brasileiros no Japão. O modelo de evento de feira de negócios foi "exportado" do Japão para os Estados Unidos. Este é um ótimo exemplo de cooperação entre brasileiros no mundo que rendeu bons frutos.

## Conclusão

Como enfatizei no início, cada pessoa aqui presente terá a sua visão própria sobre o que foram estes 20 anos de movimento Brasil-Japão. É desnecessário enfatizar que o destino dos brasileiros no Japão não depende só deles, mas das políticas governamentais do país emissor e do país receptor. Os brasileiros no Japão continuam ansiosos a respeito de como o Japão mudará ou não o visto para nikkeis. E eu espero que as autoridades encontrem uma solução honrosa e sensata para esta questão, e que levem em conta uma perspectiva histórica: a migração Brasil-Japão é, queira ou não, fruto da história da imigração japonesa ao Brasil.

O que me preocupa é um certo ar de cinismo que paira em certos círculos da comunidade. Algumas pessoas passaram a enxergar "segundas intenções" e "interesses escusos" em quaisquer iniciativas em prol deles. Talvez seja um mecanismo de auto-defesa motivado pelo medo de ser enganado e de se decepcionar. Mas é preciso evitar que se generalize a descrença em relação aos indivíduos, entidades, empresas e órgãos públicos que se relacionam direta ou indiretamente com a comunidade.

Os brasileiros no Japão não são "heróis" nem "vítimas". Não são uma "minoria privilegiada", nem "refugiados econômicos". Parafraseando o título do livro de Montse Watkins, "Passageiros de um sonho", eu diria que os imigrantes que circulam na rota Brasil-Japão são "passageiros de um sonho de classe média". E o sonho continua, pelo menos para 267.456 pessoas.

Muito obrigado pela audiência.

# Reflexão sobre os 20 anos da imigração[1] brasileira no Japão - na ótica de um ex-prefeito de Hamamatsu

*Yasuyuki Kitawaki*

## Introdução

Meu nome é Yasuyuki Kitawaki, conforme acabo de ser apresentado. Atualmente ocupo a posição de professor da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio. No período entre 1999 e 2007, no entanto, fui Prefeito do Município de Hamamatsu, na Província de Shizuoka. Como todos os senhores sabem, o Município de Hamamatsu é aquele com o maior número de residentes brasileiros no Japão. A população do município, em 1º de abril de 2010, estava em torno de 820.000 habitantes. Entre eles, a população estrangeira era de aproximadamente 28.000 pessoas, o que equivale a 3,5% da população total. No que se refere aos brasileiros, mesmo com a redução de 4.500 pessoas registrada no ano passado, compõem um grupo de 15.000 habitantes, configurando-se o maior grupo estrangeiro residente no município.

O Município de Hamamatsu tem se desenvolvido com base na sua moderna indústria manufatureira, sendo o berço natal de empresas globais, tais como a Honda, a Yamaha e a Suzuki. O principal setor industrial da

[1] A palavra "idju", utilizada indistintamente como imigração ou emigração, foi traduzida, neste texto, como "imigração", tendo em vista o palestrante ser japonês e os brasileiros serem "imigrantes" do seu ponto de vista. Da mesma forma, a palavra "imin" foi traduzida como imigrante ao invés de emigrante.

atualidade é o setor automobilístico. Com a revisão da Lei de Imigração, ocorrida em 1990, grande número de brasileiros descendentes de japoneses ("nikkeis") se estabeleceram nesta cidade com o objetivo de trabalharem junto às fábricas ligadas ao setor automobilístico, fato este já do conhecimento dos senhores.

Na palestra de hoje, gostaria de falar sobre os resultados e as questões relativas à imigração brasileira no Japão nos últimos 20 anos, com base na minha experiência como prefeito. Igualmente, gostaria de fazer uma análise sobre as perspectivas futuras da imigração brasileira no Japão através de considerações relativas às políticas adotadas pelo governo japonês no período posterior à crise econômica surgida após a queda da corretora Lehman Brothers.

## 1. Políticas promovidas durante a minha adminitração como prefeito de Hamamatsu

### (1) Políticas relativas aos estrangeiros, no município de Hamamatsu.

Em 1999, ano em que tomei posse como prefeito, do total de 580.000 habitantes do município, os estrangeiros somavam cerca de 17.000 habitantes, sendo que o número de brasileiros havia se elevado para quase 10.000 pessoas. Em 1990, quando a revisão da Lei de Imigração entrou em vigor, Hamamatsu não era exatamente uma cidade com significativa população estrangeira. No entanto, 10 anos após a revisão da lei, os estrangeiros passaram a ser parte do cotidiano da cidade. A maioria deles trabalhavam em fábricas do setor automobilístico, como trabalhadores terceirizados. Os administradores das pequenas e médias empresas, fornecedores de autopeças para as grandes empresas, estavam sendo pressionados a reduzirem os custos, de modo que a presença de mão-de-obra estrangeira tornou-se imprescindível para a manutenção dos seus negócios.

Por outro lado, vários problemas envolvendo brasileiros começavam a agravar-se. Eram conflitos e disputas relativas ao dia-a-dia daqueles nacionais, tais como a evasão escolar, a impossibilidade de pagamento de despesas hospitalares por falta de pagamento do seguro médico público, o não cumprimento às regras para jogar lixo, o desrespeito em relação às regras de

estacionamento de veículos, além de badernas até altas horas da noite. A verdade é que parte da população local se sentia insegura ao avistarem grupos de estrangeiros reunidos em qualquer ponto da cidade.

Foi também nessa época que aconteceu aquele caso em que uma mulher brasileira foi impedida de entrar numa joalheria da cidade. Posteriormente, esta mulher entrou com um processo de danos morais e ganhou na justiça, com a alegação de que a atitude do proprietário da loja desrespeitava a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial.

Com vistas a atender as necessidades surgidas em decorrência do aumento da população estrangeira, o Município de Hamamatsu passou a oferecer informações prestadas pela prefeitura em línguas estrangeiras, além de contratar intérpretes nos balcões de atendimento de serviços de consultorias para a população estrangeira e na organização de aulas de reforço de japonês para as crianças. No entanto, estávamos conscientes de que estas medidas não seriam suficientes. Para o Município de Hamamatsu, que passou a ter uma significativa população estrangeira, o importante era transformar a cidade de uma forma que esses estrangeiros pudessem ter uma vida estável e segura. Dediquei-me firmemente na elaboração de políticas voltadas para os estrangeiros, posicionando como um dos objetivos primordiais da minha administração a criação de um ambiente onde os estrangeiros e os japoneses pudessem manter uma relação positiva, todos na qualidade de cidadãos de uma mesma cidade.

Nas diretrizes básicas que havia lançado na época, constava o meu seguinte comentário: "Com base na conscientização de que tanto os japoneses como os estrangeiros são cidadãos do Município de Hamamatsu, é importante estarmos cientes de que esses estrangeiros contribuem com a economia local, de modo que devemos nos esforçar em eliminar ao máximo os conflitos oriundos das diferenças culturais, promovendo as oportunidades de manifestações culturais por parte destes estrangeiros, o que resultará no enriquecimento da nossa sociedade".

Partindo desta diretriz básica, estabelecemos, em 2001, o plano "Visão sobre um Município Global". Neste programa, apresentamos a diretriz "Criação de uma Sociedade de Convivência entre Cidadãos Japoneses e Estrangeiros". Com isto, passei a me dedicar às novas medidas criadas, tais como a criação do Conselho de Cidadãos Estrangeiros, as aulas de reforço ministradas por professores bilíngües e a equipe de apoio para a diminuição da evasão escolar.

### (2) Associação das cidades com grande concentração de estrangeiros

O grande obstáculo para levarmos adiante as diversas políticas que tínhamos em mente era o sistema vigente no governo central. Melhor explicando, mesmo que quiséssemos reformar o sistema vigente, para que o mesmo refletisse como princípio básico a presença dos estrangeiros neste país, não havia como conduzir esta reforma, uma vez que não havia nem ao menos uma política de integração social por parte do governo central. Com vistas a superar este obstáculo, criamos a "Associação das Cidades com Grande Concentração de Estrangeiros", em 2001, sob a iniciativa do Município de Hamamatsu.

Entre os objetivos estabelecidos pela associação, podemos destacar: (a) troca de informação entre os municípios com grande população estrangeira, principalmente de "nikkeis" da América do Sul, chamados também de "new comers", por se tratar de fenômeno recente de imigração; (b) apresentação de propostas para o governo nacional, governo provincial e demais autoridades envolvidas, no que se refere à solução de questões dependentes de bases legais, tais como relativas ao trabalho, educação, saúde e previdência; e (c) criação de novos meios de coordenação entre os municípios, em meio ao processo de descentralização do poder.

A associação foi criada com a participação de 13 municípios fundadores. No dia 19 de outubro de 2001, foi realizada, no Município de Hamamatsu, a "Reunião de Prefeitos dos Municípios com Grande Concentração de Estrangeiros", aberta ao público, ocasião em que foi aprovada a "Declaração e Proposta de Hamamatsu", que defendia a criação de uma sociedade de convivência harmoniosa com os estrangeiros. Do ponto de vista atual, podemos descrever a "Declaração e Proposta de Hamamatsu" como uma forma de política de integração idealizada pelos governos municipais, onde os estrangeiros são considerados importantes parceiros na criação de uma nova cultura regional, e, para tanto, defende a reforma da legislação migratória japonesa, tais como as relativas à educação, previdência e sistema de registro de estrangeiros, imprescindíveis para promover uma inclusão ainda maior dos estrangeiros na sociedade local.

Ademais, em 2002 foi realizado no Brasil o "Simpósio Brasil-Japão de Direito Comparado: Trabalhadores Brasileiros no Japão" (organizado pelo Instituto de Direito Comparado Brasil-Japão). Neste simpósio, foi aprovada

a "Declaração de São Paulo e Londrina", texto que manifestava total coincidência em relação à "Declaração de Hamamatsu". Acredito que estes fatos podem ser considerados como importantes exemplos de cooperação nipo-brasileira, quando nos referimos à política relativa à população estrangeira no Japão.

### (3) Pós-Lehman Brothers

No que se refere especificamente ao Município de Hamamatsu, a população estrangeira, principalmente de brasileiros, estava crescendo de forma visível até o outono de 2008. Muitos desses brasileiros estavam começando a criar raízes na cidade, prova disso é que alguns deles chegaram até a obter empréstimos bancários a fim de adquirirem seus próprios imóveis. O otimismo parecia se espalhar pela cidade em meio ao clima festivo criado por ocasião da "Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil".

No entanto, todo esse ambiente promissor foi para os ares em decorrência do choque causado pela quebra da corretora Lehman Brothers. Em decorrência desse choque econômico, o alicerce da comunidade brasileira, que é o sistema de recrutamento temporário dos funcionários (hakens), que compreende não apenas o emprego em si, mas também os alojamentos e demais necessidades do dia-a-dia, desmoronou-se. Com a perda do apoio desses intermediários (hakens), a comunidade brasileira passou a resolver seus problemas em contato direto com a comunidade japonesa onde vivia.

Neste período pós-Lehman Brothers, o Município de Hamamatsu introduziu novas medidas de apoio, em adição às medidas tradicionais já implementadas, tais como: criação de balcão unificado de atendimento em parceria com as "Hello Work"[2]; disponibilização de apartamentos residenciais públicos municipais; oferecimento de curso intensivo de japonês para estrangeiros à procura de emprego, em parceria com o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar (MHLW[3]); aulas de reforço para crianças estrangeiras fora da escola, em parceria com o Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT[4]); contratação de estrangeiros desempregados

[2] Hello Work = nome popular das agências públicas de apoio ao emprego, vinculadas ao Ministério do Trabalho japonês (MHLW), com balcões de atendimentos espalhados pelo país.
[3] Em inglês Ministry of Health, Labour and Welfare.
[4] Em inglês Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology.

como funcionários públicos municipais extraordinários, e a criação do Centro de Apoio de Estudos para os Estrangeiros, com a finalidade de prestar apoio de aprendizado para a população estrangeira, bem como de promover o intercâmbio entre os cidadãos japoneses e estrangeiros.

## 2. Questões relativas as políticas municipais voltadas aos estrangeiros e seus resultados

Agora pretendo falar sobre as políticas voltadas aos estrangeiros, melhor dizendo, sobre as políticas de integração social promovidas pelos municípios, inclusive pelo Município de Hamamatsu, desde a reforma da Lei de Imigração, em 1990, até o atual período pós-Lehman Brothers, destacando os resultados, bem como os problemas detectados durante sua execução.

Após o colapso da Lehman Brothers, várias pessoas retornaram ao seu país de origem, de modo que a população estrangeira residente reduziu-se consideravelmente. Apesar disso, o Japão continua abrigando cerca de 267.000 brasileiros, dados relativos ao final de 2009. Trata-se de uma quantidade equivalente ao número de imigrantes japoneses da primeira geração, que se transferiram para o Brasil. Não se pode negar que ainda há vários problemas, mas estes números comprovam a significativa evolução na receptividade de brasileiros pela sociedade japonesa.

Outro ponto a se destacar é a diversificação das ocupações profissionais, ainda como resultado da crise econômica, deixando de ser prioritariamente trabalhadores terceirizados pelas empreiteiras[5] ou empregados de empresas de comércio e serviços voltados para a comunidade brasileira[6]. Assim, começaram a surgir brasileiros trabalhando em áreas não tradicionais como agricultura e enfermagem (helpers).

Um terceiro ponto positivo é a constatação de algumas pessoas da segunda geração de imigrantes brasileiros ingressando nas universidades, apesar da freqüência no ensino médio ainda estar abaixo da média japonesa. Em quarto lugar, podemos mencionar a constatação de casos de participação ativa nas atividades da sociedade local, tal como em festividades organizadas pelo bairro, em cursos de treinamento para incêndios e calamidades, em reuniões de bairro e até nas eleição para a diretoria das

[5] "Haken-gyosha", ou empresas recrutadoras de mão-de-obra, popularmente denominadas de "empreiteiras" ou "hakens" pela comunidade brasileira no Japão.

[6] De modo geral classificados como "ethnic business" no Japão.

associações de pais e mestres. Em quinto lugar, destaco a criação de instituições que possibilitam as manifestações políticas por parte dos brasileiros, bem como delegação de poderes à comunidade brasileira, tais como a "Associação Brasil Fureai[7]", do Município de Hamamatsu, e o "ABC Japan", do Município de Iocoama. Estas associações se comunicam através da "Rede Nacional de Brasileiros Residentes no Japão" (NNBJ), instituição criada para servir de ponto de ligação entre as diversas entidades. Em sexto lugar, e com vistas a promover a recepção dos brasileiros na comunidade local, várias redes de contatos foram criadas com o objetivo de servir de ponte entre a comunidade brasileira e os governos municipais, associações sem fins lucrativos e associações de cidadãos.

A seguir falarei sobre os problemas que seriam os reversos das considerações que acabei de apresentar. Em primeiro lugar, o fato de grande número de brasileiros terem perdido os seus empregos e estarem encontrando dificuldades na recolocação no mercado de trabalho, em razão da falta de capacitação profissional e na insuficiência da língua japonesa, indicam que as medidas de integração social adotadas até o momento mostraram-se insatisfatórias. Em segundo, no que se refere à educação das crianças, ressalto a situação dos jovens que abandonam as escolas por não se adaptarem ao ambiente das escolas públicas, tornando-se crianças com "dupla limitação", em decorrência da precariedade tanto na língua materna como na língua japonesa. Em terceiro lugar, destaco a falta de interesse, a discriminação e a exclusão fortemente enraizadas na sociedade local em relação à recepção de estrangeiros, tais como os brasileiros, resultando em atos de intimidação por parte de colegas da escola (ijime), bem como de discriminação nas contratações e condições de trabalho.

Qual seria a raiz de todos esses problemas?

No aspecto social, podemos mencionar o fato de os brasileiros viverem totalmente dependentes das empresas recrutadores de mão-de-obra (hakens), que cuidam inclusive da vida cotidiana dos seus contratados, resultando na falta de interação com a comunidade local onde vivem. Este fenômeno foi interpretado pelo Sr. Takamichi Kajita como "fixação de residência dos invisíveis". Com a crise econômica, este modelo social desmoronou-se, forçando os brasileiros a interagirem diretamente com a comunidade japonesa. Nesse

[7] "Fureai" mantido no original mesmo na denominação da associação em português, significa "contato entre pessoas".

sentido, pode-se dizer que esta crise poderá representar um passo adiante na construção de uma nova relação entre os brasileiros e a sociedade japonesa, apesar da crise ter causado muitos sofrimentos aos brasileiros.

A seguir podemos mencionar as questões de ordem política.

Inicialmente, falarei sobre as políticas adotadas pelo governo japonês. As políticas voltadas para a população estrangeira são denominadas pelas instituições internacionais, tais como a ONU, bem como pelos cientistas políticos, de "políticas migratórias". Esta política possui duas vertentes: a política relativa ao controle de imigração e a política relativa à integração social. No caso do governo japonês, há uma política de controle de imigração, mas não há uma voltada para a integração social. O governo central entende que as políticas relativas à integração social são basicamente de responsabilidade dos governos regionais. A interpretação de política de integração social era, até recentemente, descrita como iniciativas de estruturação do ambiente, com vistas a apoiar a adaptação dos estrangeiros nas suas respectivas comunidades, medidas estas denominadas de "estrangeiros como residentes".

Na realidade, uma política de integração consiste em promover mudanças sociais tanto por parte dos estrangeiros que fixam residência, como também pela população local que os recebe. Nesse sentido, percebe-se que o governo central do Japão não compartilha desta visão. No que se refere aos brasileiros, com a reforma da Lei de Imigração, em 1990, que marca o início da chegada dos brasileiros descendentes de japoneses ("nikkeis") em território japonês, o governo deveria ter lançado, de modo simultâneo, uma política de integração social. No entanto, o governo acreditava, à época, que os "nikkeis" retornariam ao Brasil em breve, trabalhando como simples "dekasseguis"[8] no Japão, de modo a não estabelecer qualquer medida que tivesse como premissa a fixação de residência no país. Acredito ser esta a origem dos inúmeros problemas que acometeram os brasileiros residentes no Japão e, por esta razão, a Associação das Cidades com Grande Concentração de Estrangeiros tem feito pressão junto ao governo central no sentido de elaborar uma política específica de integração social.

[8] "Dekassegui" – termo já popularizado em língua portuguesa referindo-se ao fenômeno dos trabalhadores imigrantes no Japão. Na realidade, o termo refere-se a todos os trabalhadores que se deslocam da sua região de origem para realizar trabalhos temporários longe de casa, muito comum entre os agricultores do Japão e demais países da Ásia, que no período da entressafra procuram empregos sazonais nas cidades. Ao pé da letra "de" = sair e "kassegui" = faturar, ou seja, "sair para faturar ou ganhar".

A seguir, discorrerei sobre os motivos que levam o governo central a não estabelecer políticas claras voltadas aos estrangeiros, incluindo as medidas relativas à integração social. Na minha opinião, o principal motivo seria a falta de uma visão de longo prazo do governo japonês no que tange os destinos da sociedade japonesa, tendo como premissa a baixa natalidade, o envelhecimento populacional e a globalização. Do ponto de vista sócio-econômico, sabemos que dentro de cerca de 50 anos, ou seja, em 2055, a população do país será menor do que 90 milhões de habitantes. A partir desta premissa, seria imprescindível incentivarmos a recepção de um maior número de estrangeiros, caso desejarmos manter o nível econômico e de serviços sociais que hoje dispomos. No entanto, não vemos nenhuma discussão nesse sentido a nível nacional, com a participação de demógrafos ou de economistas para estudar melhor a questão. Já no aspecto político-cultural, questões como a integração social, que tem como premissa diferenças étnicas, culturais e lingüísticas, ou seja, uma política de identidade, nunca foi tema de destaque político no Japão, com exceção da questão do direito de voto para os estrangeiros.

A definição de uma visão social, tanto no aspecto sócio-econômico como no político-cultural, é tarefa dos políticos. Não é questão que possa ser resolvida pelos burocratas dos ministérios, amarrados em estruturas verticalizadas e presos às normas estabelecidas pelos seus respectivos ministérios. O fato de o governo japonês não estar ainda sob a plena gestão dos políticos[9] torna-se um obstáculo para a definição de uma política específica para os estrangeiros, que, por conseguinte, tem criado outros empecilhos para que os governos regionais estabeleçam medidas adequadas para as suas respectivas políticas de integração social.

Um segundo ponto que pretendo discutir refere-se às políticas de integração social conduzidas pelos governos regionais, como é o caso da política de "convivência multicultural". Algumas políticas executadas pelos governos regionais também podem ser consideradas insatisfatórias.

Um dos aspectos está no próprio termo "convivência multicultural", que por ser composto de palavras agradáveis, não chama a atenção para os

[9] O novo governo japonês, sob a liderança do Partido Democrático do Japão (PDJ) elegeu-se com a promessa de reformar a estrutura de Governo, até então totalmente nas mãos dos burocratas dos ministérios. Nesse sentido, "gestão dos políticos" seria a transferência das principais decisões ministeriais para os próprios Ministros de Estado, a maioria parlamentares, ficando os burocratas obrigados a cumprirem as diretrizes estabelecidas por esses políticos.

aspectos menos nobres do termo, tais como discriminação e desvantagens impostas à população estrangeira. Como resultado, acredito que a capacitação de poderes da população estrangeira ainda não se formou completamente. Este seria o caso do crescente número de brasileiros dispensados das empresas de recrutamento terceirizado e com dificuldade de recolocação no mercado de trabalho, em razão da falta de capacitação profissional e lingüística, ficando na dependência de bolsas temporárias de assistência oferecidas pelo governo japonês. O mesmo ocorrendo com as crianças dessas famílias que, incapazes de pagar as mensalidades das escolas brasileiras e inaptas a freqüentarem as escolas públicas japonesas da região, são obrigadas a dependerem de programas tais como o "Projeto Arco Íris".

Outro aspecto seria o fato de que as medidas adotadas com vistas à manutenção da cultura e identidade da população estrangeira, bem como a proteção dos direitos humanos, revelam-se insuficientes, apesar da "convivência multicultural" pregar a "aceitação recíproca das diferenças culturais e a criação de uma relação igualitária". Poucos municípios adotaram políticas que tinham como um dos objetivos a manutenção da língua e cultura original da população estrangeira. Não se pode negar que da mesma forma que o governo central, os governos regionais tampouco se dedicaram frontalmente aos problemas decorrentes das diferenças culturais. Estes fatos acabaram se tornando empecilhos para a integração social, resultando em discriminações contra a população estrangeira, bem como em atos de intimidação sofridas pelas crianças brasileiras nas escolas[10].

Como se observa, a "convivência multicultural" ainda carrega consigo muitas questões e problemas, de modo que algumas pessoas até negam o sentido destas palavras. Eu, pessoalmente, entendo que a "convivência multicultural" ainda possui pontos duvidosos do ponto de vista teórico, de modo que será necessário substituí-lo por iniciativas do tipo "política de integração social", com conteúdo ainda mais fortalecido. No entanto, não vejo razões para negar o termo "convivência multicultural" em si, mantendo-o como forma de expressar o princípio que rege as políticas e as atividades dos cidadãos.

Conforme as observações acima, as políticas conduzidas pelo governo japonês foram bastante insatisfatórias e os governos regionais, bem como

[10] Essas intimidações em escolas são conhecidas como "ijime" (bulling) e consiste em problema comum e sério das escolas japonesas, onde as crianças mais fortes intimidam as crianças mais fracas, incluindo aí minorias tais como os estrangeiros.

as associações de cidadãos confrontadas com o rápido aumento da população estrangeira em suas regiões têm se esforçado na recepção desses estrangeiros junto à comunidade local da melhor forma possível, sempre sob a bandeira da "convivência multicultural". A experiência acumulada nesse período é de grande preciosidade, de modo que ao invés de negar o termo "convivência multicultural", acredito ser necessário aprimorar o seu conteúdo, com a introdução de conceitos tais como política de integração social e garantia dos direitos humanos, iniciativas fundamentais tanto para a população estrangeira como para a sociedade que irá recebê-los.

Em 2008, como parte das atividades de comemoração do centenário da imigração japonesa para o Brasil, empresários brasileiros do setor alimentício do Município de Hamamatsu organizaram um evento chamado de "Arigato Japão". Acredito que muitas pessoas já perceberam, mas trata-se de uma contrapartida à campanha "Obrigado Brasil" que aconteceu no Brasil. A campanha realizada no Brasil mostrou o orgulho do sucesso da comunidade nikkei naquele país, bem como agradecimento à sociedade brasileira por terem acolhido os imigrantes japoneses. No entanto, ao pensarmos em termos de Japão e, em particular, sobre o Município de Hamamatsu, fico na dúvida se poderíamos dizer que fizemos o suficiente a ponto dos brasileiros agradecerem do fundo do coração...

Fiquei muito feliz ao conhecer o tema deste evento, ou seja "Arigato Hamamatsu e Arigato Japão", mas por trás destas palavras entendi a mensagem verdadeira, que seria "não estamos exatamente em situação de dizer 'arigato', mas gostaria de poder dizer 'arigato' e gostaria que um dia pudesse dizer 'arigato' do fundo do coração". Na qualidade de Prefeito de Hamamatsu, me dediquei à questão da recepção dos brasileiros junto à comunidade local e atualmente, como acadêmico, continuo envolvido nesta questão, de modo a poder atender os anseios da população brasileira.

## 3. Novas medidas do governo em meio a crise econômica global e o futuro dos brasileiros no Japão

A seguir falarei sobre as políticas adotadas pelo Japão no período posterior à crise causada pela quebra da Lehman Brothers. Tradicionalmente, o governo japonês tem atribuído responsabilidade aos governos regionais às políticas

de integração social, no contexto da política voltada aos estrangeiros, por meio da afirmação de que "as políticas dos governos regionais, referentes aos estrangeiros, são um dos dois vértices ao lado da política de imigração". Contudo, após a quebra da Lehman Brothers, no outono de 2008, a situação dos estrangeiros residentes neste país, incluindo os nikkeis brasileiros, tornou-se bastante difícil, alterando os rumos da política de integração social do governo. Comentarei, a seguir, alguns destes pontos.

### (1) Promoção das medidas de apoio aos estrangeiros residentes

Inicialmente, destaco a criação de um departamento e de um comitê para a promoção de medidas voltadas aos estrangeiros residentes. Em janeiro de 2009, foi criado o Departamento de Apoio aos Estrangeiros Residentes, junto ao Gabinete do Primeiro Ministro. Em seguida, foi criado o "Comitê de Promoção das Medidas Voltadas aos Estrangeiros Residentes", sob a presidência do Ministro Extraordinário do Gabinete do Primeiro-Ministro para os Assuntos Relativos à Redução da Natalidade, cujo objetivo é o de "promover medidas relativas aos estrangeiros residentes por parte do governo como um todo, incluindo estudos sobre formas de apoiar os estrangeiros residentes, tais como os nikkeis, em situação difícil em vista da grave crise de emprego".

Este comitê apresentou, em abril de 2009, um relatório intitulado "Sobre a Promoção de Políticas de Apoio aos Estrangeiros Residentes". Este relatório sintetiza medidas de apoio em educação e emprego, entre outros, para os estrangeiros residentes, incluindo os nikkeis com dificuldades no cotidiano da vida em decorrência da deficiência na língua japonesa. Destes, chamo a atenção para 3 atividades novas:

**- Projeto Arco Íris:** Os municípios de grande concentração de estrangeiros instalaram salas de aulas para crianças brasileiras, onde são oferecidas aulas de japonês e de apoio aos estudos em geral, de modo a permitir uma transferência harmoniosa destas crianças para as escolas públicas japonesas. O Governo central transferiu 3,7 bilhões de ienes para a Organização Internacional para as Migrações (OIM) que selecionou 42 projetos (de 39 organizações) para o ano fiscal 2010, em andamento.

**- Projeto de estágio para capacitação profissional:** O governo central passou a oferecer, ademais, cursos de capacitação em regiões com grande número de nikkeis à procura de emprego, incluindo cursos de japonês com o

objetivo de elevar a capacidade de comunicação, o conhecimento sobre leis trabalhistas e sobre costumes locais e modos de trabalho. Nada menos do que 6.298 pessoas, em 63 municípios, se beneficiaram deste programa, no ano fiscal 2009.

**- Programa de auxílio para retorno ao país de origem:** Com relação aos nikkeis desempregados que desejavam regressar aos seus países de origem, foram oferecidos recursos e passagens aéreas, extensos aos familiares. Até o mês de abril de 2010, cerca de 22 mil pessoas haviam solicitado este auxílio, e cerca de 20 mil pessoas já haviam regressado aos seus países. No entanto, como o visto de permanência no Japão seria suspenso por três anos, esta medida foi criticada com menções tais como "mandar embora os nikkeis que se tornaram desnecessários". Por outro lado, não deixa de ser fato concreto que este mecanismo foi de fato utilizado por cerca de 20 mil pessoas.

### (2) Reforma da Lei de Imigração e da Lei de Registro Básico da População

Em 2009, o Projeto de Lei sobre a Reforma da Lei de Imigração e o Projeto de Lei sobre a Reforma da Lei de Registro Básico da População foram apresentados na sessão ordinária do Parlamento, tendo sido aprovados no mês de julho do mesmo ano. Com esta reforma, a Lei de Registro dos Estrangeiros foi abolida e em substituição à Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiros, emitida pelos municípios, foi criado o "Cartão do Residente". Neste cartão deverão constar dados básicos sobre a identidade do portador, bem como o tipo de visto que possui e sua validade. Ademais, os estrangeiros residentes legalmente no país passarão a ser objetos de registro no Livro de Registro Básico da População, de modo que na Certidão de Registro de Cidadãos deverá constar a nacionalidade, o tipo de visto e prazo de permanência, além dos dados básicos tais como nome e endereço.

---

[11] Todos os japoneses constam no Registro Básico da População, sendo obrigados a comunicarem os municípios cada vez que mudam de endereço. A medida facilita a oferta de serviços públicos básicos por parte do governo japonês. Os estrangeiros, até então excluídos deste sistema, não se beneficiavam dos vários serviços públicos simplesmente pela impossibilidade de serem localizados.

[12] Pela tradição japonesa, no período antecedendo às eleições, os partidos políticos apresentam ao público um documento denominado "manifesto", contendo todas as promessas de campanha.

O objetivo principal desta reforma é o de aumentar o controle sobre os estrangeiros no país. Ao mesmo tempo, ao fortalecer o sistema de localização dos estrangeiros no país, facilitará a oferta de serviços públicos básicos para esta população, demanda de longa data por parte da Associação dos Municípios de Grande Concentração de Estrangeiros. Pode-se dizer que se trata de uma medida de aprimoramento da infra-estrutura do poder público para a promoção das políticas de integração social[11].

### (3) Quarto Plano Básico de Controle da Imigração

Na eleição para a Câmara dos Representantes (Câmara Baixa), de setembro de 2009, o Partido Democrata do Japão (PDJ) obteve vitória esmagadora, resultando na mudança de Governo. Na lista de iniciativas políticas propostas pelo PDJ, antes da eleição, o partido mencionava políticas específicas em relação aos estrangeiros, mas no seu "manifesto"[12] não houve qualquer menção relativa a estas políticas. Mesmo após o início do governo do PDJ, não notamos qualquer iniciativa destacada em relação às políticas voltadas aos estrangeiros. A impressão que temos é que simplesmente está se dando continuidade, a nível ministerial, às políticas introduzidas pelo anterior governo de coalizão, centralizado no Partido Liberal Democrático (PLD)[13].

Nesse contexto, em março de 2010, o Ministério da Justiça lançou o "Quarto Plano Básico de Controle da Imigração". O foco deste plano está na implementação da construção de "sociedade abundante e ativa", "sociedade segura e tranqüila" e "sociedade de convivência com os estrangeiros". Entretanto, não está claro a definição do que seja uma "sociedade de convivência com os estrangeiros", com expressões abstratas como "sociedade onde todas as pessoas ajudam uns aos outros, incluindo os estrangeiros, de modo a utilizar a sua capacidade no nível máximo".

Como meio de atingir o referido objetivo, o Quarto Plano menciona que irá apoiar iniciativas para que os habitantes estrangeiros possam receber benefícios dos serviços públicos, tais como seguro saúde e previdência, sob a responsabilidade dos municípios, de forma harmoniosa. Isto ocorreria por meio do fornecimento de informações precisas a esses municípios sobre

[13] Outro partido da coalizão era o Partido New Komeito.

dados básicos dos estrangeiros, obtidos através de um novo sistema de controle da permanência dos estrangeiros neste país.

O referido Quarto Plano assinala, ainda, que para a "construção de uma sociedade de convivência com os estrangeiros" é imprescindível a coordenação por parte dos vários órgãos do governo bem como a adoção de medidas de amplo espectro. Nesse sentido, seria fundamental que os ministérios e as agências do governo central se unam aos governos regionais para a execução das medidas propostas. Todavia, este plano somente diz que no contexto da gestão do sistema de controle dos estrangeiros, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, informações serão fornecidas de forma adequada aos governos municipais, sem mencionar políticas e diretrizes específicas para a integração social. Pode-se perceber, igualmente neste caso, que mais uma vez se repete o já tradicional problema decorrente da verticalização das políticas relativas aos estrangeiros no Japão, impedindo a criação de uma verdadeira política de integração social onde transformações de ambos os lados são considerados, ou seja, tanto por parte dos estrangeiros residentes, como também por parte da sociedade que os recebe.

Ainda mais, os termos "sociedade de convivência com os estrangeiros" e "construção de sociedade capaz de conviver com os estrangeiros" colocam os japoneses e estrangeiros em lados opostos, dando a impressão de ter a intenção de buscar uma assimilação cultural dos estrangeiros por parte da sociedade que os recebe.

O Quarto Plano faz menção inclusive aos nikkeis. Com a premissa de que os nikkeis contribuíram para o desenvolvimento econômico do Japão e para a diversificação cultural e revigoramento das comunidades regionais, ressalta, contudo, que em razão das diferenças culturais (de costumes e de valores) e sobretudo em razão da insuficiência na língua japonesa, não se pode negar o surgimento de atritos e conflitos nas suas respectivas comunidades locais. A observação de que a fonte de tais atritos e conflitos é motivada, ao que indica, exclusivamente pela diferente natureza cultural dos estrangeiros, causa a impressão de uma posição típica dos defensores da "assimilação cultural". Acredito que o correto seria entender como natural a diversificação da sociedade e promover a integração social através da transformação tanto dos estrangeiros residentes, ou imigrantes, como da própria população local.

O plano ainda menciona a deterioração dos problemas envolvendo os nikkeis, tais como emprego, moradia e educação das crianças, nesse momento

de rápida piora no cenário econômico, observado a partir do segundo semestre de 2008. Admite conduzir estudos de revisão das condições de entrada e permanência no país, sempre levando em conta ser o nikkei um membro da sociedade japonesa, com direito a vida segura e digna, uma vez que estão cumprindo com os seus deveres e evitando que os problemas acima mencionados não se transformem em encargos excessivos sobre os nikkeis que desejam residir no Japão, em particular sobre os que já residem neste país. No que se refere à educação, em especial, diz que irá tomar medidas para incentivar a freqüência escolar, sempre em parceria com os órgão envolvidos, e no momento da renovação do visto, verificar se o jovem encontra-se fora da escola, quando deveria estar estudando.

A menção a "encargos excessivos" parece ser vaga e imprecisa, de modo que termos desta natureza não deveriam ser utilizados nos "Planos" do governo. Para os nikkeis que já residem no Japão, com entrada e permanência totalmente legal, é injusto "mudar as regras no meio do jogo". Em outras palavras, em meio à situação em que não há política ou regulamento que elimina as discriminações contra os estrangeiros, nem políticas específicas para o ensino da língua japonesa, da educação das crianças e políticas de emprego, não acredito ser adequado enrijecer as regras para as condições de emissão e prorrogação de vistos. No que se refere à questão da evasão escolar das crianças, não está claro o que as autoridades imigratórias pretendem fazer ou possam fazer em relação a tal problema. Se não for garantida a condição igualitária entre crianças japonesas e estrangeiras nas escolas públicas, bem como fortalecimento do ensino da língua japonesa e soluções para os casos de intimidações entre alunos nas escolas, será muito difícil resolver a questão da evasão escolar. É imprescindível tomar medidas que estejam acima do formato verticalizado adotado nos ministérios e agências do governo, incluindo a eliminação da contradição expressa pelo Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT) que diz ser o ensino escolar obrigatório, mas não extensivo aos estrangeiros.

### (4) Pontos da Política do Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT)

Não há qualquer nova iniciativa de política de integração social sob o novo governo do Partido Democrático do Japão. Nesse contexto, uma das iniciativas que criam expectativas de resultados futuros são os "Pontos da Política do MEXT com base nas propostas apresentadas pelo Grupo de

Discussões de Políticas Relativas à Educação das Crianças Estrangeiras Residentes", anunciado em maio de 2010.

Em dezembro de 2009, o MEXT, tendo como anfitrião o Vice-Ministro Masaharu Nakagawa, criou o chamado "Grupo de Discussões de Políticas Relativas à Educação das Crianças Estrangeiras Residentes", ocasião na qual ouviu opiniões de pessoas envolvidas na questão. Uma das questões de maior urgência foi destacada a necessidade de concentrar os esforços no ensino da língua japonesa para os filhos de estrangeiros chamados de "newcomers[14]", tais como os nikkeis, bem como de bolsistas estrangeiros, sintetizando neste documento em formato de "Pontos da Política" para a política a ser conduzida no futuro.

O documento "Pontos da Política" estabelece como questão a ser conduzida de forma ampla e através da coordenação de órgãos públicos envolvidos, tais como ministérios, agências nacionais e governos regionais, a definição de diretrizes básicas relativas à recepção de estrangeiros neste país (ensino da língua japonesa, educação das crianças, emprego, treinamento profissional, previdência social, moradia etc.), bem como promoção do ensino da língua japonesa de forma em geral, considerações sobre o posicionamento legal das escolas estrangeiras e formas de apoio no ensino da língua japonesa. Estas questões são exatamente as mais importantes a serem introduzidas numa eventual política de integração social. Os "Pontos da Política" não passam de uma iniciativa partida de um Vice-Ministro de um determinado ministério, mas o fato de tal tipo de documento ter sido compilado de forma oficial pode ser entendido como sinal de que ao menos por parte do governo japonês existe consciência suficiente quanto à necessidade de se estabelecer uma política de integração social.

### (5) Avaliação do Governo em relação à "política de integração social"

O governo central ainda não adotou a "integração social" como parte integrante da política a ser conduzida, de modo que a interpretação de que a política de integração social é da alçada dos governos regionais não sofreu

[14] A maioria dos residentes estrangeiros no Japão é de origem chinesa ou coreana, que vieram a este país em períodos anteriores ou durante a Segunda Guerra Mundial. Os demais estrangeiros chegaram em tempos mais recentes, após a inclusão deste país no grupo dos países desenvolvidos com alta renda. Por esta razão, esses estrangeiros, incluindo os brasileiros, são chamados de "newcomers", e são muito mais diversificados.

qualquer mudança. Assim, na ausência de uma política de integração social a nível nacional, não temos outra escolha senão mencionar as políticas dispersas relativas à integração social como sendo "política de integração social" entre aspas.

Após o choque Lehman Brothers, no entanto, houve certa mudança de posicionamento por parte do Governo, dando a impressão de que estão começando a se movimentar de forma concreta em direção ao estabelecimento de uma política de integração social. Exemplos disso podem ser percebidos na criação do Departamento de Apoio aos Estrangeiros Residentes e do Comitê de Promoção das Medidas Voltadas aos Estrangeiros Residentes, bem como do Projeto Arco-Íris, do Projeto de estágio para a capacitação profissional e o anúncio dos Pontos da Política do MEXT. Seria interessante questionar os motivos que levaram a esta transformação.

Em primeiro lugar, acredito que as autoridades do governo japonês estão começando a pensar sobre a situação atual em que os estrangeiros residentes se encontram: caindo cada vez mais de posição no extrato social, além do aumento da disparidade de renda na sociedade japonesa como um todo, fato este simbolizado pela "vila dos terceirizados"[15], ademais da tendência de transformação da população de baixa renda em subclasses, poderá colocar em risco a integração social, caso o governo não tome providências.

Em segundo, crescimento da percepção de que a indiferença em relação à questão da inclusão social dos estrangeiros bem como a falta de apoio à auto-suficiência da população estrangeira poderá acarretar em aumento geral dos custos sociais, tais como aumento nas despesas de assistência social, aumento das despesas de contenção da criminalidade e dos atritos sociais, entre outros.

Em terceiro, e em particular sobre os nikkeis, constatou-se que mesmo em meio à situação difícil em que estavam, em decorrência da crise mundial, a maioria decidiu permanecer no Japão. Em 1990, quando a Lei de Imigração foi reformada, imaginou-se que os nikkeis seriam simples "dekasseguis", sem o estabelecimento de política de integração social adequado. O país foi recebendo essas pessoas uma após as outras, sem

[15] "Vila dos Terceirizados", ou "Haken-Mura" – acampamentos de desempregados sem-teto, em parques públicos do país, formado principalmente de trabalhadores terceirizados que foram os primeiros a serem demitidos das grandes empresas. Tornou-se um símbolo visível da crise pós-Lehman Brothers que assolou o Japão.

qualquer preocupação, e somente agora, acredito, estão começando a admitir os erros das políticas adotadas na época. Por esta razão, mesmo que tardia, estão começando a elaborar as medidas necessárias. Contudo, existem movimentos no sentido de endurecer o sistema de entrada e permanência de estrangeiros no país, como forma de corrigir os erros decorrentes da reforma da Lei de Imigração, mas estas medidas poderão prejudicar os direitos dos nikkeis que residem no Japão, podendo até mesmo resultar em políticas injustas e ameaçar o seu cotidiano. Será necessário muito cuidado com essas questões.

Com base no exposto, acredito que poderíamos dizer que o governo do Japão está a um passo de uma política que deverá acarretar "mudanças de paradigmas", tal como a mudança do formato atual da política sobre os estrangeiros para uma política de imigração a ser alicerçada por duas hastes: a Política de Imigração e a Política de Integração Social. Quando isto ocorrer, será necessário alterar o sentido da palavra "imigrante", quando utilizado no estabelecimento de políticas afins, restrito às pessoas residentes, para um universo mais amplo que inclui migrantes com mais de um ano de residência no país. Com isto, a verdadeira composição da sociedade ficará mais clara, de modo a facilitar as discussões relativas ao estabelecimento de políticas adequadas.

## Conclusão

Finalizando, em meio à crise pós-Lehman Brothers, quais seriam as perspectivas da imigração brasileira no Japão?

O governo do Japão deverá aceitar, de forma humilde, a contradição inerente na reforma da Lei de Imigração, de 1990, que tentou resolver a questão da falta de mão-de-obra a partir da recepção de nikkeis neste país. Deverá rever a forma de recepção dos nikkeis, com o entendimento de que se trata da recepção de seres humanos, alterando o processo para algo mais racional. Para isso, mesmo que mantenha o sistema até a terceira geração dos descendentes de japoneses ("Nikkei Sansei"), deverá tomar medidas em separado, uma para brasileiros que já residem no Japão e outra para os brasileiros que aspirem vir para cá.

O fato de os brasileiros residentes no Japão estarem sofrendo em decorrência da crise econômica mundial, perdendo os seus empregos e moradias, é sinal de insuficiência na política de integração social, que deverá

incluir questões tais como ensino da língua japonesa, educação das crianças, capacitação profissional e oportunidades de emprego. Assim, para a promoção da independência dos brasileiros residentes no Japão bem como a sua inclusão social, será necessário fortalecer as políticas de integração social. Por outro lado, com relação aos nikkeis brasileiros que ainda pretendem vir para cá, acredito que será necessário exigir, no momento de sua chegada, certo nível de conhecimento da língua japonesa, bem como de conhecimento básico geral sobre o Japão, itens fundamentais para sua integração social. Ou seja, será necessário haver conexão entre a política de controle de entrada e permanência no país com a política de integração social. Evidentemente que em se tratando de ingressos com caráter humanitário, tais como reunião de familiares, a entrada no país deverá ser admitida.

Se o Japão tem a intenção de manter as atividades econômicas e sociais em um determinado nível, neste momento em que avança de forma concreta a redução da natalidade e o envelhecimento da população, além do processo de globalização, deverá ir abrindo as portas do país para o mundo, sob todos os aspectos, incluindo pessoas, produtos, dinheiro e informações. Na última Copa do Mundo, o sucesso do jogador de futebol Túlio Marcos Tanaka deixou forte impressão para a população japonesa. Para o Túlio, foi exatamente a decisão de vir para o Japão que criou a oportunidade de elevar sua capacidade, que o levou para os campos da Copa do Mundo de Futebol, e ao mesmo tempo, o Japão teve o privilégio de receber este indivíduo tão precioso. Os meus votos finais são de que números ainda maiores de brasileiros residentes no Japão possam, da mesma forma, desenvolver ao máximo as suas capacidades, obtendo muito sucesso, e que através destes tipos de sucessos a sociedade japonesa se torne mais rica e diversificada.

Muito obrigado pela audiência.

# A educação de crianças brasileiras no Japão - desafios para os próximos 10 anos

*Lilian Terumi Hatano*

## Introdução

Agradeço esta oportunidade de participar como palestrante neste seminário de comemoração dos 20 anos da emigração brasileira para o Japão. Simultaneamente, sinto muita responsabilidade em falar sobre um tema como a educação, que tem sido motivo de grandes preocupações para ambos os governos e comunidades. Necessitamos de uma reflexão profunda neste momento e de pensar em medidas concretas em conjunto para oferecer perspectivas de futuro que melhorem o quadro atual. A educação será, sem dúvida, um dos maiores desafios para a comunidade brasileira no arquipélago japonês nos próximos 10 anos.

Gostaria de fazer uma breve auto-apresentação do meu envolvimento com a educação de crianças brasileiras. Desde os 15 anos, até vir para o Japão em 1993, ensinava japonês para crianças descendentes de japoneses nos fins de semana no Rio de Janeiro. O que ocasionou a minha vinda para o Japão foi a mudança de duas irmãs, alunas minha, para o Japão com seus pais. A preocupação era grande depois da minha experiência de ter vindo estudar e vivido por um ano em 1989 como bolsista do Ministério da Educação japonês, ainda como estudante da graduação.

Depois de ter voltado para terminar a minha graduação no Brasil, fiquei interessada em saber como crianças brasileiras como as minhas alunas

aprenderiam a língua japonesa do ponto de vista lingüístico e como se adaptariam as escolas japonesas. Acabei tendo a oportunidade de vir novamente com outra bolsa do governo japonês, em 1993. O objetivo era pesquisar a questão da educação de brasileiros no Japão. E desde então, além de desenvolver pesquisas relacionadas, venho desenvolvendo atividades dentro da comunidade brasileira, principalmente na Província de Shiga, dando aulas de japonês para brasileiros, português para japoneses, e atualmente ensinando português semanalmente para crianças nascidas no Japão que freqüentam as escolas japonesas em um grupo que ajudei a fundar em 1999.

Tenho um texto escrito disponível no site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, intitulado Brasileiros no Mundo. Como o tempo é limitado, gostaria de fazer uma breve panorâmica da situação das crianças brasileiras no Japão e de me concentrar onde se localizam os maiores problemas, destacar as boas iniciativas adotadas e principalmente de fazer sugestões pensando nos próximos 10 anos.

## 2. Dados gerais

Primeiro, gostaria de analisar os dados que temos disponíveis para verificar o quadro atual em números. O Ministério da Justiça publica anualmente o número de estrangeiros que fazem o registro da carteira de estrangeiros por idade, tipo de visto etc. Os dados mais recentes, publicados em julho de 2009, são referentes a dezembro de 2009. A "Estatística dos estrangeiros registrados no Japão"[1], deverá ser publicada em breve pelo Ministério da Justiça e mostrará que nossa comunidade no Japão diminuiu consideravelmente. Em dezembro de 2009, sabemos que éramos 267.456 brasileiros, demonstrando as fortes marcas da crise, se comparado aos dados do ano anterior abaixo, porém não esquecendo que há brasileiros com dupla nacionalidade e que vem aumentando as naturalizações, assim como o aumento de casamentos internacionais com japoneses, fazendo com que os filhos não necessitem fazer o registro de estrangeiro.

Mas gostaria de me basear no relatório publicado detalhado disponível no momento. O total de estrangeiros, em dezembro de 2008, era de 2.217.426

[1] Esta estatística baseia-se no número de estrangeiros que fazem o registro de estrangeiros e possuem a carteira de registro de estrangeiros. É possível saber o número de estrangeiros detalhado por nacionalidade, tipo de visto de entrada, idade, província de residência, etc.

procedentes de 190 nacionalidades e os brasileiros eram 312.582 (14.1%), terceira maior comunidade estrangeira. O número de crianças brasileiras, de 0 a 4 anos, 18.472 (5.9%), 5 a 9 anos 18.917 (6.0%), 10 a 14 anos 16.013 (5.1%) e de 15 a 19 anos 14.657 (4.7%). De qualquer forma, as crianças e jovens de 0 a 19 anos correspondiam a 22% da população brasileira no Japão. De cada cinco brasileiros, um tinha idade entre 0 a 19 anos. Isto deixa claro a razão da educação sempre ter sido um tema importante e objeto de muita discussão na nossa comunidade. Em comparação, no caso do Japão, de cada 5 japoneses, um tem mais de 65 anos.

Os 4 tipos de dados disponíveis referentes ao número de crianças estrangeiras no Japão:

(1) Censo educacional básico: são dados detalhados sobre as escolas, os alunos, por série, por província, que inclui total de estrangeiros nas escolas japonesas públicas e particulares.

Problema: Apresenta um número total único de crianças de todas as nacionalidades juntas, que são cerca de 70 mil, em maio de 2008. Não é possível saber o número de brasileiros, nem por série, ou província, como é possível saber os detalhes a respeito dos nacionais que retornam de outros países.

(2) Censo referente ao número de crianças estrangeiras que necessitam educação da língua japonesa, isto é, que têm dificuldade na língua. O dado referente a setembro de 2008, é de 28.575 estrangeiros, destes, os falantes de português foi de 11.386 crianças (39,8%) em primeiro, 5.831 crianças falantes de chinês em segundo (20.4%), e espanhol 3.634 (12.7%) crianças. Essas três línguas correspondem a 70% do total das crianças que tem dificuldade em japonês.

Problema: Não existe um padrão único para saber o grau de dificuldade de japonês considerado. Fica a cargo de cada professor que faz o levantamento, se a criança vai ser incluída nos dados ou não. Não é o número total de crianças estrangeiras.

(3) Dados do registro da carteira de estrangeiro.

Mesmo considerando que há várias diferenças de datas, da idade escolar, o total de crianças brasileiras registradas de 5 a 15 anos em dezembro de 2008 era de 34.930, e as crianças falantes de português com dificuldade na língua japonesa era de 11.386 em maio de 2008. Há uma discrepância grande de mais de 20 mil crianças.

Problema: Necessidade de verificar o número exato de crianças para se saber o verdadeiro estado delas e suas necessidades. Não há um número total disponível.

(4) Dados de crianças em escolas estrangeiras

Há dados de crianças em escolas estrangeiras, mas somente o total de crianças em escolas miscelâneas. Não há dados oficiais sobre as escolas brasileiras, mas no momento, a Associação das Escolas Brasileiras no Japão, a AEBJ, periodicamente vem fazendo levantamentos mas o número também é parcial e muito instável , justamente por causa do tipo de contratação dos pais. Atualmente são 12 escolas miscelâneas brasileiras reconhecidas e existem 78 escolas brasileiras em julho de 2010 de acordo com a AEBJ.

Resumindo, gostaria de enfatizar que no momento só podemos fazer suposições, tais como a) muitas crianças devem falar japonês, b) muitas crianças estão nas escolas brasileiras, c) talvez muitas não moram mais no Japão e d) poucas estão fora das escolas. É um problema muito sério desconhecer o universo total de crianças estrangeiras, pela ausência de dados, pois conhecer a necessidade delas é fundamental para se tomar medidas sérias e efetivas. Precisamos saber quantas são, onde estão e como estão.

## 3. Que tipos de crianças existem?

Podemos dizer que as crianças brasileiras em idade escolar no Japão podem ser classificadas em três grupos: as que freqüentam as escolas japonesas, as que freqüentam as escolas brasileiras e as que não estão freqüentando qualquer escola e que, portanto, devem se encontrar em casa. Podemos também dizer que há pelo menos duas gerações diferentes. Aquelas que nasceram e receberam parte da educação no Brasil ou em outros países e a geração de crianças que nasceu aqui no Japão ou que vieram ainda muito novas. Cada grupo enfrenta realidades e problemas distintos. Hoje não terei tempo para discorrer sobre todas elas mas gostaria de falar sobre uma parte dessas crianças, baseado na experiência de um grupo voluntário de apoio às crianças que ajudei a formar em 1999, na Província de Shiga.

Os primeiros a integrarem o grupo eram crianças e jovens que enfrentavam problemas sérios de adaptação nas escolas japonesas, seus professores não conseguiam responder a suas necessidades e expectativas, e houve até casos sérios de discriminação. Sentimos de perto que as crianças e jovens tinham suas razões para se afastarem das escolas

japonesas. Não conseguimos convencê-las a voltar para as escolas, como também não conseguimos sensibilizar os professores para que mudassem a atitude para com elas. Algumas começaram a trabalhar antes dos 15 anos, o que é proibido no Japão, outras tiveram filhos muito jovens, mas eles se juntam aos milhares de jovens adultos, muitos deles pais que gostariam de ter novas e outras chances, de melhorar de vida. Precisamos resgatar essa geração, fornecendo mais oportunidades a esses jovens que interromperam seus estudos.

O supletivo é uma iniciativa muito boa, mas todos nós sabemos que não é fácil estudar sozinho, educação de jovens e adultos é fundamental e seria importantíssimo também organizar cursos de capacitação para jovens que mal terminaram o fundamental. Temos uma geração de jovens desorientados, que ao mesmo tempo têm de lidar com responsabilidades de adultos. Não basta apenas pequenas iniciativas, há necessidade de decisões políticas e necessidades de profissionais que possam orientar esses jovens para mudar este quadro grave.

Outro grupo que temos recebido muito são os brasileiros nascidos aqui. Tentamos fazer com que eles aprendam a língua dos pais, já que a maioria dos pais se comunica melhor em português e a dificuldade de comunicação dentro da família é grande, já que os filhos, muitas vezes, só conseguem se expressar em japonês. Sentimos que o grau de dificuldade com a comunicação compromete o elo entre pais e filhos. Gostaria de enfatizar que essa situação não é só responsabilidade dos pais e responsáveis e que não adianta só criticá-los. Também não é verdade que os pais brasileiros não estão preocupados com a educação dos filhos.

Muitas vezes, atuando como intérprete voluntária nas escolas, inúmeras vezes ouvi professores enfatizarem que os pais utilizassem a língua japonesa em casa, mesmo aqueles que tinham conhecimento precário do idioma. Os 20 anos de nossa comunidade no Japão diversificou muito o quadro de nossas crianças e jovens e, ao mesmo tempo, agravou o quadro.

E quanto ao último grupo, das crianças fora das escolas, precisamos juntos tomar atitudes para que não permitamos essa situação da forma que está acontecendo. Gostaria de frisar minha opinião de que se as escolas brasileiras não existissem em território japonês, o quadro de crianças ociosas seria muito maior. As escolas vêm desempenhando sua função, apesar de reconhecermos que a qualidade delas precisa melhorar. No meu entender, a maioria dessas escolas foi surgindo justamente onde havia uma necessidade

dos pais e da comunidade. Um lugar que cuidasse das crianças desde manhã até o final da tarde, cumprindo um papel de creche. Mas não há dúvidas de que não podemos brincar com educação, pois escola não é um depósito de crianças.

### 4. Como garantir o Direito das crianças à educação?

Educação é um Direito da criança, independente da nacionalidade e do país onde ela resida ou nasça. E na qualidade de adultos, independentes de termos filhos ou não, temos a obrigação e a responsabilidade de garantir esse direito à educação e a zelar pelo bem delas. Bom, para que o direito das crianças seja garantido, alguém precisa arcar com essa responsabilidade, isto é, tem o dever de garantir esse direito. Pelas leis japonesas, os pais japoneses são obrigados a matricular as crianças na escola para que o direito das crianças japonesas seja garantido. Sempre há a discussão sobre o posicionamento do governo japonês em relação a obrigatoriedade das crianças estrangeiras freqüentarem a escola. Os pais estrangeiros podem escolher em que tipo de escola quer matricular o seu filho, mas não deve ter a opção de não matricular em nenhuma escola, como parece acontecer atualmente.

Como checar se o direito da criança à educação está sendo garantido e verificar se os pais estão cumprindo com o seu dever de matricular os seus filhos em idade escolar? A resposta é uma só. É necessário fazer o levantamento se elas estão ou não matriculadas. Nesse processo, ambos governos precisam trabalhar mais em conjunto, em busca de soluções concretas.

### 5. Iniciativas que poderão trazer mudanças no futuro

Gostaria de destacar, para finalizar, que aos poucos há melhoras consideráveis. Há boas iniciativas que poderão trazer mudanças no quadro atual. Primeiro vou mencionar algumas iniciativas adotadas pelo lado japonês.

#### (1) Medidas do Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia do Japão, anunciadas em maio de 2010

Finalmente o anúncio deste plano de medidas relacionadas à educação de crianças estrangeiras pelo MEXT marca uma nova etapa e baseou-se nos

resultados das reuniões para formular as medidas necessárias. Gostaria de destacar algumas das diretrizes básicas que foram incluídas:

a) Planos de aperfeiçoamento do ensino da língua japonesa

b) Facilitar o ingresso nas escolas japonesas

-Apoio na adaptação

-Apoio voltado à continuidade dos estudos nos níveis posteriores

- Apoio ao trabalho c) Incentivar as escolas estrangeiras a se tornarem escolas miscelâneas e semi-entidades escolares

Neste plano, sinto que há um empenho mais claro do governo japonês, principalmente no ensino da língua japonesa. E é importante mencionar que as medidas também levam em consideração os jovens que já passaram da idade escolar e que necessitam orientações para continuarem vivendo no Japão.

Logicamente o Projeto Arco-Iris é uma boa iniciativa para ensinar japonês, voltado principalmente para as crianças que estão fora das escolas, mas precisa estar conectada a alguma escola, seja japonesa ou brasileira, se pensarmos na continuidade dos estudos. Acho que o ensino do japonês poderia se mais amplamente difundido para que as crianças em escolas brasileiras possam aprender a língua do país onde vivem.

**(2) Iniciativas do lado brasileiro**

a) A organização e implantação dos exames Supletivo (ENCCEJA) no Japão, há 11 anos, permitem aos jovens brasileiros residentes no arquipélago a chance de adquirir os certificados de conclusão escolar no níveis Médio e Fundamental e a possibilidade de dar continuidade aos estudos no Brasil e de conseguir melhores oportunidades de carreiras profissionais no futuro;

b) O curso de pedagogia à distância desenvolvido pela UFMT, em parceria com a Universidade Tokai. O Prof. Daisuke ONUKI leciona nesta Universidade e foi um dos mentores deste curso. Gostaria de enfatizar que não é somente um curso de pedagogia em si. A grande expectativa está também na formação de uma rede de professores e profissionais para trabalhar nas escolas brasileiras, que até hoje não existia. Professores de escolas japonesas, brasileiras e outras instituições, que trabalhavam com educação de diferentes formas e não tinham nenhum elo, agora estão unidos no curso de pedagogia da UFMT/Tokai. E essas pessoas estão trocando idéias e experiências diariamente no decorrer do curso e essa interação poderá beneficiar as

crianças como um todo. A formação de professores contribuirá para melhor educar as crianças, em qualquer ambiente escolar.

c) Criação do Setor de Educação no Consulado-Geral em Nagóia. A iniciativa, por parte do MEC, de homologar as escolas brasileiras no Japão foi bem-vinda, mas é preciso reconhecer que precisamos melhorar a qualidade das escolas para garantir um melhor ambiente escolar, assim como segurança e saúde para nossas crianças e jovens. E esse Setor de Educação, daqui por diante, parece que começará a fiscalizar e a orientar as escolas, verificar *in loco* a qualidade de ensino acadêmico e de infra-estrutura, o que infelizmente não vem acontecendo. Com um setor especializado na educação, as escolas poderão ser melhor orientadas e como resultado haverá mudanças que só beneficiarão nossas crianças, tranqüilizando também os pais e responsáveis.

## 6. Conclusões

Temos obviamente exemplos felizes de jovens que conseguiram ter sucesso. Mas isso foi possível graças ao apoio familiar, muito esforço próprio investido, sorte em ter encontrado um bom ambiente escolar, entre outros fatores. Muitos já conseguiram continuar seus estudos, ingressar e se formar em faculdades e já ingressaram no mercado de trabalho.

Já podemos encontrar jovens fazendo pós graduação. Mas há muito o que fazer para que não sejam casos raros e excepcionais em nossa comunidade. Não podemos deixar a mercê da sorte e muito menos achar que basta o esforço individual. Precisamos ter e oferecer condições sociais mais justas para que os pais também possam desempenhar seus papéis de pais responsáveis.

Sinto que o mais importante no momento para mudar o quadro das crianças estrangeiras é fazer com que elas sejam incluídas no Censo Escolar Básico das escolas japonesas, realizada todos os anos pelo MEXT. Chamo a atenção, no entanto, para a necessidade de se fazer essa estatística separada por nacionalidade, por série e por província, como é feito para os nacionais japoneses. Elas precisam ser incluídas na lista das crianças em idade escolar obrigatória e não somente ser incluídas como um número total único. As crianças com alto índice de ausência escolar devem ser incluídas e deve-se buscar o motivo das faltas, a exemplo do que é feito anualmente para os nacionais. Ademais, torna-se necessário um cuidado especial de como resolver o caso das crianças que freqüentam as escolas brasileiras que não são miscelâneas.

E para finalizar, os incentivos de ensino da língua japonesa são fundamentais para viver nesta sociedade. Mas acho que a sociedade japonesa precisa demonstrar mais compreensão com os estrangeiros e ter a compreensão de que aprender o japonês é tão importante quanto manter nosso vínculo com outras sociedades. É importante reforçar os incentivos para se manter a língua herança, isto é, a língua naturalmente herdada dos pais pelos seus filhos. A língua falada em casa deveria ser a língua de domínio no seio familiar. É possível nossas crianças se tornarem bilíngües, desde que haja ambiente propício e incentivo para que ambas línguas se desenvolvam. No meu caso, ironicamente, meus pais japoneses adotaram o Brasil como a terra deles para viver e eu, brasileira, escolhi vir para o Japão, na terra onde meus pais nasceram.

Acho que praticamente todos nós, brasileiros no Japão, possuímos algum tipo de elo, seja familiar ou pessoal, com o Brasil e com outros países do mundo globalizado. Alguns mais fortes, outros mais fracos. Independente da sociedade onde vivemos, todos nós estamos aqui para contribuir para a sociedade japonesa. Só que na questão da educação, estamos em grande dívida com nossas gerações mais jovens e gostaria de pensar que a próxima década será de resgate de muitas metas e de melhoria para ambas as comunidades. Se nos concentrarmos neste objetivo, cada um trabalhando e fazendo sua parte, acredito que seja possível.

Não podemos deixar outros Herculanos[2], de qualquer nacionalidade, se tornarem vítimas. A questão é como podemos trabalhar em conjunto para formar uma sociedade segura para que as crianças cresçam tranqüilas e consigam ir em busca de seus sonhos.

Obrigada pela presença e paciência em me ouvir.

[2] Herculano Reiko Lukosevicius, de 14 anos, foi perseguido e assassinado por jovens japoneses na cidade de Komaki, na Provícia de Aichi. Ele faleceu com 14 anos no dia 9 de outubro de 1997, 3 três dias depois de ter sido atacado, para desespero dos pais. Pediu socorro na estação e ninguém quis ajuda-lo por ter sido um jovem estrangeiro "problemático", o que não era verdade, pois ele estudava e os pais tinham vindo para o Japão em busca de uma sociedade sem violência. Há um livro escrito pela jornalista NISHINO Rumiko (1999) "Naze Herculano wa korosaretaka" (Por que Herculano foi assassinado), Akashi Shoten. Há uma necessidade de uma Lei que proiba a discriminação contra o racismo, inexistente no Japão atualmente, e outra Lei que garanta os direitos humanos dos estrangeiros, também inexistente.

# Questões atuais relativas à política dos estrangeiros no Japão

*Keizo Yamawaki*

Meu nome é Keizo Yamawaki e sou professor da Universidade Meiji. Agora há pouco pedimos um minuto de silêncio em memória ao jovem Herculano[1]. Considero o caso Herculano muito importante e espero que os japoneses jamais se esqueceçam do ocorrido.

Inicialmente, gostaria de agradecer à Embaixada do Brasil em Tóquio e ao Governo brasileiro pela organização do presente evento, bem como pela preciosa oportunidade que me ofereceram para proferir esta palestra. Penso que o governo japonês deveria ter tomado iniciativa semelhante, organizando evento similar em comemoração aos 20 anos da imigração brasileira para o Japão.

Ademais, gostaria de me desculpar a todos por não ter preparado material escrito para esta palestra, não podendo distribuir qualquer tipo de texto aos senhores.

Desde a segunda metade da década de 1990, tenho me dedicado a pesquisas relativas às políticas do governo central para os estrangeiros, bem como sobre as medidas adotadas pelos governos regionais e tenho atuado também como consultor. Tenho participado, ademais, como conselheiro junto à Associação de Municípios com Grande Concentração de Estrangeiros,

[1] Herculano Lukosevicius, jovem brasileiro assassinado por uma gangue japonesa, em 1997, aos 14 anos de idade.

assim como em pesquisas conduzidas pela Universidade de Aichi. O foco das atenções eram as políticas de "convivência multicultural", conduzidas pelos governos regionais. No entanto, a partir de 2005, este conceito de "convivência multicultural" também passou a ser adotado pelo governo central, por intermédio de diversos ministérios, tais como o Ministério do Interior e Comunicações (MIC) e o Ministério da Justiça (MJ).

Hoje de manhã, presenciamos a palestra do Professor Kitawaki, de modo que alguns dos pontos que irei falar durante a minha apresentação poderão ser repetições do que já foi dito. Vou tentar evitar estas repetições, uma vez que sou a quarta pessoa, hoje, a proferir uma palestra. As apresentações começaram às 10 horas da manhã, neste dia de muito calor, e acredito que todos já estejam muito cansados.

## 1. População do Japão e população estrangeira

Inicialmente, gostaria de informá-los sobre alguns dados estatísticos relativos à população japonesa e a população de estrangeiros no país, que são dados básicos para a minha apresentação de hoje.

Quanto a questão do envelhecimento populacional, notamos que a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade corresponde a 23% da população, nível mais alto do mundo. Em 2050, acredita-se que esta proporção passará dos 40%. Em outras palavras, será uma sociedade "super-super" envelhecida. Por outro lado, o que chamamos de população economicamente ativa, englobando a faixa etária entre 15 e 64 anos, que hoje está em torno de 81 milhões de pessoas, será reduzida para cerca de 49 milhões no mesmo período Nesse contexto de redução populacional, a questão relativa à recepção de estrangeiros passou a ser considerada de grande importância.

O número de pessoas portadoras de carteira de identidade de estrangeiros ("Gaijin Toroku") está em torno de 2,1 milhões[2], conforme os dados já apresentados pela Professora Lilian, e tem aumentado sistematicamente, desde a Segunda Guerra Mundial, com uma inédita redução no ano passado em decorrência da crise econômica mundial caracterizada pela quebra da corretora Lehman Brothers, dos Estados Unidos.

[2] A lâmina de Power Point apresentado em tela indicava o número exato de 2.186.121 pessoas.

A composição por nacionalidade dos estrangeiros seria a seguinte: os chineses compreendem cerca de 680 mil pessoas, respondendo por 38% dos estrangeiros residentes no Japão, seguidos dos coreanos, com 580 mil pessoas. Em terceiro lugar estão os brasileiros, seguidos pelos filipinos, peruanos e norte-americanos. A redução da população estrangeira, verificada recentemente, tem como causa principal a redução do número de brasileiros neste país. Porém, a quantidade de estrangeiros de origem chinesa continua aumentando.

A proporção de estrangeiros em relação ao total da população japonesa é de 1,7%, índice muito baixo se comparado à Europa e a nações como Austrália e os Estados Unidos. No entanto, a nível municipal, temos casos como o Município de Oizumi, na Província de Gunma, onde 15% da população é de origem estrangeira, ou seja, uma proporção significativa.

Há ainda pessoas que residem no Japão com os seus vistos vencidos e acredita-se que sejam em torno de 90 mil pessoas, compostos principalmente por coreanos, chineses e filipinos, mas os dados de registros no "Gaijin Toroku" não revelam estes números.

## 2. A política japonesa em relação aos estrangeiros

No que tange a política sobre os estrangeiros no Japão, observamos a uitlização de várias palavras-chave, utilizadas de forma constante, apesar de apresentarem sérios problemas de interpretação. Uma dessas palavras seria o termo "Gaikoku-jin" que se refere aos estrangeiros. Em fevereiro, durante workshop realizado pelo "Gaimusho" (Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão), esta palavra foi alvo de discussões. A palavra "Gaikoku-jin" aparece com freqüência em vários eventos e os intérpretes traduzem como "foreigners" (ou estrangeiros), palavra com conotação negativa e discriminatória ou até mesmo de exclusão.

Uma outra palavra comumente utilizada é o "Imin", ou imigrante. Esta palavra, no entanto, parece não fixar raízes por aqui, refletindo a característica da política para os estrangeiros no Japão, que prefere a palavra "Gaijin", como se tivesse a intenção de traçar uma linha que divide a população estrangeira com a população local. Em outras palavras, o estrangeiro será sempre estrangeiro e mesmo se naturalizando, continuará a ser um "Gaijin". Por outro lado, ao se naturalizar japonês, o indivíduo é confrontado com a posição de se apresentar como japonês, negando todo o seu "background" estrangeiro.

Nas palestras ocorridas na parte da manhã, as questões relativas à política sobre os estrangeiros no Japão forma muito comentadas, mas o enfoque foi dado ao controle de entradas e saídas nas fronteiras e à permanência dos estrangeiros no país, tal como no caso dos tipos de vistos concedidos. Igualmente, foram discutidas questões relativas à quantidade de estrangeiros que o Japão poderia receber. Quanto às pessoas que decidiram imigrar para o Japão, discutiu-se qual seria a melhor maneira de recebê-los neste país, ou seja, o que deveríamos fazer para integrá-los junto à sociedade japonesa.

Como o Professor Kitawaki comentou na sua apresentação, a política de integração social no Japão tem sido muito omissa, com demasiada ênfase no aspecto somente do controle de entrada e saídas do país. Quanto à recepção de estrangeiros no Japão, entendo que a iniciativa de "convivência multicultural" seria a forma de política de integração social adotada no Japão. No entanto, os conceitos de "convivência multicutural", de "assimilação cultural" e de "multiculturalismo" aparentam estar em constante conflito. No caso do português, o termo "tabunka kyosei" foi traduzido de forma adequada como "convivência multicultural", apesar de não se poder dizer o mesmo com relação à versão para a língua inglesa, com versões do tipo "multicultural co-existence" ou "multicultural symbiosis", entre outras opções. Nesse sentido, apesar de "coliving" não ser um termo muito utilizado, bem como "multicultural native building", acredito serem melhores do que os que estão sendo empregados.

Várias pessoas, em vários foros, discutem se a política de "convivência multicultural" sendo conduzida atualmente pelo Japão tem como base uma política de "assimilação" ou de "multiculturalismo". No entanto, para avaliar qual sentido está sendo de fato empregado, seria necessário verificar o conteúdo de cada proposta de política de "convivência multicultural". Assim, não se pode dizer de imediato que as políticas de "convivência multicultural" são políticas de "assimilação". Vejo, inclusive, críticas em relação ao termo "multiculturalismo", que, segundo pessoas de tendências direitistas, seria uma forma negativa de dispersão cultural. Já as pessoas da esquerda alegam que há sentido de "assimilação" escondida atrás da palavra "multiculturalismo". A verdade é que não se pode afirmar nem um nem outro sem maiores conhecimentos do conteúdo de cada iniciativa ou política.

## 3. Iniciativas dos governos regionais

É verdade que as iniciativas do governo central em torno desta discussão estão bastante atrasadas, mas no nível dos governos regionais já há um longo histórico de elaboração de políticas de "convivência multicultural". No evento de hoje estamos fazendo um retrospecto dos últimos 20 anos, mas na minha apresentação gostaria de ampliar ainda mais este intervalo, revendo os últimos 40 anos.

Até a década de 1970, cerca de 80 a 90% dos estrangeiros residentes no Japão eram compostos somente pelos chineses e coreanos. Foi nessa época que a segunda geração da comunidade coreana atingiu a idade adulta, passando a membros plenos da sociedade, dando início a inúmeros movimentos sociais pelos seus direitos.

Na década de 1980, começaram a desembarcar no Japão estrangeiros de outras nacionalidades, chamados desde então de "newcomers". Foi nesta época também que o governo central passou a incentivar a internacionalização do interior do país. O Ministério do Interior, à época, apresentou programas de incentivos para a internacionalização do interior, não somente através das iniciativas do governo central mas também por parte dos governos regionais.

Na década de 1990, observamos a tendência de acomodação destes "newcomers" em território japonês, por meio da constituição de famílias, sendo muito delas através de matrimônios adquiridos com cidadãos japoneses.

Se formos descrever com palavras-chave as iniciativas tomadas na década de 1970, poderíamos dizer que eram de caráter "anti-discriminatórias" ou de "defesa dos direitos humanos". Já na década de 1990, acredito que a palavra-chave seria a "internacionalização".

E com base nesta larga experiência, na década de 2000 os governos regionais passaram a implementar várias medidas, algumas delas tentativas, sempre tendo em mente as iniciativas tomadas no passado. Até então, muitas iniciativas tinham caráter de medidas provisórias, com o objetivo de resolver questões imediatas. Ao perceber que estas medidas eram insuficientes, passaram a estabelecer políticas amplas, mais duradouras, fazendo surgir uma nova palavra-chave que seria, então, o termo "convivência multicultural".

A seguir, gostaria de falar de forma resumida sobre as iniciativas tomadas pelo governo central. Não tenho dúvidas de que um dos acontecimentos históricos de maior importância foi a criação da Associação dos Municípios de Grande Concentração de Estrangeiros, em 2001, sob a batuta do então

Prefeito do Município de Hamamatsu, o Professor Kitawaki aqui presente. Foi na reunião inaugural desta associação que o documento "Declaração de Hamamatsu" foi apresentado ao público, com o compromisso de promover uma sociedade de convivência multicultural. Ao mesmo tempo, a associação encaminhou ao Governo central exigências para que tomem iniciativas relativas à educação, previdência e registro de identidade de estrangeiros. E o próprio fato de que enviaram este tipo de exigência ao governo central pode ser considerado como um fato histórico inédito. Em 2002, realizaram uma reunião em Tóquio e apresentaram um documento chamado de "apelo coletivo" para o Governo central. Neste "apelo", a associação pede que o governo elabore políticas específicas que tenham como premissa o fato de que os estrangeiros são residentes fixos neste país.

Nesse sentido, se por um lado podemos dizer que as iniciativas sendo tomadas a nível regional, como são essas medidas propostas pela Associação dos Municípios de Grande Concentração de Estrangeiros, estão servindo de força motora para que o governo central tome, igualmente, iniciativas similares, podemos dizer, por outro lado, que uma instituição que exerceu grande força para com toda essas movimentações foi a Confederação Nacional das Indústrias do Japão ("Nippon Keidanren").

Em 2004, a "Keidanren" apresentou, pela primeira vez, proposta relativa às questões dos estrangeiros no país. Com base nessas iniciativas, o governo central, através do Ministério do Interior e Comunicações (MIC), apresentou, em 2006, pela primeira vez, documento que tinha como base o conceito de convivência multicultural. Eu mesmo presidi o comitê responsável pela elaboração deste projeto do MIC, durante um ano. Neste documento, o governo central apresentou um projeto onde propõe aos governos regionais elaboração de medidas de políticas para com a promoção da convivência multicultural. Apoio nas questões relativas à comunicação, cotidiano da vida e construção de ambiente adequado para a referida convivência multicultural foram itens sintetizados neste plano, a ser utilizado pelos governos regionais como modelo e distribuído para todas as províncias e municípios com mais de 500 mil habitantes. Com isto, incentivou os governos regionais a elaborarem seus planos respectivos com vistas a promover a convivência multicultural.

Após esta iniciativa do governo central, a movimentação no nível dos governos regionais tomou novo impulso, acelerando todo o processo. Por outro lado, nesse mesmo ano de 2006, especificamente no mês de abril, o Comitê de Consultas Econômicas, órgão de maior influência, à época, no interior do

Gabinete do Primeiro Ministro, reuniu-se para discutir as propostas contidas nesse documento apresentado pelo MIC. Na ocasião, o então Primeiro Ministro Junichiro Koizumi afirmou que a tendência do Japão seria a de aumento da população estrangeira, independente de haver pessoas que gostem ou não gostem desta realidade, de modo que ordenou para que sejam tomadas as medidas necessárias no sentido de se esforçarem a garantir um ambiente adequado de vida para essa população estrangeira. Assim, em 2006, as movimentações a nível ministerial receberam um grande impulso, com a aceleração de diversas iniciativas. Alguns funcionários do MIC chegaram até a comentar que estariam vivendo uma "Bolha de Convivência Multicultural". De fato, até mesmo nos planos de estratégia global do governo, o termo "convivência multicultural" passou a ser mencionado, tal como foi o caso da menção nas "Diretrizes Básicas do Governo", na época lançada pelo Primeiro Ministro Koizumi. Foi assim que, em dezembro de 2006, pela primeira vez o governo central do Japão apresentou um plano abrangente para a solução dos problemas enfrentados pelos estrangeiros, vistos como cidadãos residentes no país.

Até o surgimento do projeto do MIC, os estrangeiros eram vistos somente como mão-de-obra e as medidas eram tomadas sob esta perspectiva. Igualmente, havia outras medidas específica para os estrangeiros criminosos, no contexto das políticas de segurança pública. Estas duas perspectivas, muito tendenciosas, conviviam nas políticas elaboradas pelo governo. Com o documento do MIC, pela primeira vez foi discutida a existência de uma terceira perspectiva, ou seja, o estrangeiro visto não somente como mão-de-obra ou criminoso, mas também como um residente do país.

Com base nessa transformação, em janeiro de 2009, sob o governo do Primeiro Ministro Taro Aso, e ainda durante a plena crise causada pela quebra da corretora Lehman Brothers, foi criado o Departamento de Promoção das Políticas para os Estrangeiros Residentes, fato inédito no governo japonês. Este departamento tinha como objetivo coordenar as diversas iniciativas introduzidas pelos diferentes ministérios, o que acredito ter sido muito positivo.

Em setembro de 2009, foram realizadas as eleições gerais que resultou na mudança de Governo, com a vitória do Partido Democrático do Japão (PDJ), até então na oposição[3]. Acredito que mudança de Governo no Brasil

[3] Notar que "mudança de Governo" no caso japonês refere-se à "mudança do partido governista", com a queda do Partido Liberal Democrático, no poder há quatro décadas. Não se refere, portanto, à simples mudança de Primeiro-Ministro, algo comum e freqüente na história do pós-guerra do Japão.

não seja nenhuma novidade, mas para o Japão foi um caso muito especial pela raridade com que isto acontece. O novo governo do PDJ elegeu-se com a promessa política de que iria governar sob a liderança dos políticos e não dos burocratas ministeriais, ou seja, os próprios políticos é que passariam a tomar as iniciativas que consideravam necessárias. A própria Associação dos Municípios de Grande Concentração de Estrangeiros recebeu bem esta mudança, acreditando que poderia ter perspectivas melhores, sob a liderança dos políticos. Uma vez que criado o Departamento de Estratégia Nacional, a associação entendeu que poderia levar a questão dos estrangeiros para este órgão, a fim de melhor discutir as medidas futuras. Contudo, como os senhores já sabem, logo após notamos uma rápida deterioração na popularidade do novo governo, com queda contínua nas pesquisas de opiniões públicas, de modo a transformar a prometida "liderança política" como algo mais próximo a simples promessa política não cumprida.

Mesmo em meio a esta desaceleração nas movimentações do Governo, houve algumas medidas significativas, tal como o exemplo da criação de um grupo de discussões sobre a vida dos estrangeiros residentes no país, resultado da iniciativa do Vice-Ministro Masaharu Nakagawa, do Ministério da Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia (MEXT), já comentado pelos meus colegas em palestras de hoje. O próprio Vice-Ministro tornou-se anfitrião neste grupo de discussões, reunindo instituições ligadas ao tema, jornalistas e formadores de opiniões, compilando sugestões e críticas sob várias perspectivas e sumarizando em documento apresentado ao público neste mês de maio de 2010, no formato de relatório do MEXT.

## 4. Questões futuras do governo central

Já estou quase esgotando o meu tempo, mas a seguir gostaria de falar sobre as questões futuras ainda a serem resolvidas pelo governo central.

Inicialmente, no que se refere à concretização da política de integração social, eu mesmo tenho alertado sobre essa necessidade desde 2002, mas para isso acredito que será necessário fazer ajustes na legislação como um todo, de modo a aproveitar ao máximo a abrangência da Lei Básica sobre a Convivência Multicultural, que acredito servirá de base para a política de integração social.

Ao mesmo tempo, acredito que devemos criar uma instituição forte que cuide da questão da convivência multicultural. Como todos nós sabemos, já existe o Departamento de Apoio aos Estrangeiros Residentes no interior do

Gabinete do Primeiro Ministro, mas este departamento ainda não é forte o suficiente, com orçamento e pessoal escassos. Dificilmente poderíamos dizer que este departamento teria poderes e capacidade para coordenar as atividades interministeriais. Assim, acredito ser necessário criar um departamento que tenha mais recursos e poderes, capaz de coordenar as atividades dos ministérios e agências nacionais.

Fui informado, antes de ontem, que os responsáveis pela questão do ensino da língua japonesa em cada ministério se reuniram, de modo que finalmente começamos a notar medidas não verticalizadas, com a participação de vários ministérios, de forma horizontal, a discutir questões do ensino da língua japonesa sob os vários aspectos, tanto no Japão como no exterior. Mas entendo que mesmo no que se refere à questão do ensino da língua japonesa, deveríamos ter medidas mais sistemáticas, particularmente voltadas para a população estrangeira residente no Japão.

Outra questão importante a ser tratado no futuro é a questão da posição legal dos estrangeiros no Japão. Trata-se da criação de condições de cunho legal para que os estrangeiros possam viver de forma estável neste país. Entre outros, será necessário criar medidas concretas para facilitar a obtenção de vistos permanentes bem como de naturalização, através do estabelecimento de etapas pré-definidas a serem percorridas, tendo como ponto final a obtenção da cidadania japonesa.

Como já foram comentados hoje nas palestras anteriores, um dos pontos mais fracos da política de integração social no Japão, em comparação aos demais países, é a falta de proibição da discriminação. Assim, acredito que será necessário o Japão estabelecer leis específicas que proíbam a discriminação em termos de etnias.

Quanto ao tema da educação, acredito ser um dos pontos mais importantes da questão dos estrangeiros no Japão, isto porque trata-se de questão envolvendo a segunda geração de brasileiros neste país, jovens que no futuro se encarregarão do importante papel de servirem de ponte de ligação entre os nossos países. Devemos discutir como melhor poderemos apoiar estes jovens, de modo que possam atuar de forma destacada na sociedade japonesa como um todo. Em termos de questão imediata a ser resolvida, temos a necessidade de introdução das aulas de reforço nas escolas públicas japonesas, especificamente para os alunos estrangeiros, iniciativas, aliás, que deveriam ter sido introduzidas há muito tempo. Igualmente importante é a aula de reforço da língua japonesa. Até recentemente, havia pesquisas anuais

para averiguar a quantidade de alunos que precisam de aulas de reforço de língua japonesa, mas infelizmente estes levantamentos passaram a ser bianuais. Mesmo para esta pesquisa, teria de ser definido qual o padrão de nível de fluência a ser adotado como referência, algo ainda indefinido.

Do mesmo modo, a capacitação dos professores é de igual importância. Para ampliarmos os cursos de reforço de língua japonesa, obviamente teríamos que ter maior quantidade de professores disponíveis. O importante não é somente a quantidade, mas a qualidade destes professores. Se estes professores não tiverem experiência e conhecimento para o ensino da língua japonesa, acredito que os resultados não serão tão positivos. Para tanto, acredito ser importante a criação de cursos específicos nas universidades, para futuros professores, de modo a habilitarem a ensinar a língua japonesa para as crianças estrangeiras. Do mesmo modo, acho importante criar algum tipo de certificação para professores com esta capacidade, a fim de identificar quais professores estão realmente aptos a exercerem a função.

Já nas escolas públicas, acredito ser importante os professores lecionarem alguma coisa relativa à convivência multicultural. Em outras palavras, para as crianças estrangeiras, o fato de ingressarem em escolas japonesas não pode ser o primeiro passo em direção ao processo de assimilação cultural, onde a sua cultura original seria negada. Assim, acredito que existem coisas que precisam ser mudadas inclusive no sistema de ensino escolar. No que tange a esta questão, acredito que deverá ser considerada a criação de oportunidade do aprendizado da língua materna inclusive nas escolas públicas japonesas.

No que se refere às escolas estrangeiras, tais como as escolas brasileiras, o importante é definir de forma concreta a posição legal destas escolas. Atualmente, o Governo pretende conceder reconhecimento oficial para oito escolas, na forma de escolas reconhecidas por decreto, mas acredito não ser este o caminho correto. Ao invés disto, acredito ser necessária a criação de legislação própria e nova, especificamente para as escolas estrangeiras.

O governo japonês atualmente está apoiando a globalização do país, inclusive tentando criar líderes globais em território nacional. Uma das medidas adotadas é a de fortalecer o ensino da língua inglesa entre os jovens japoneses. Outra iniciativa é a de aumentar a quantidade de bolsistas neste país, com objetivo definido de receber 300 mil estudantes estrangeiros. Estas iniciativas são importantes, sem dúvida. Mas precisamos lembrar que já temos cerca de 100 mil jovens estrangeiros estudando no Japão, filhos dos trabalhadores

estrangeiros, tanto nas escolas públicas japonesas, como nas escolas estrangeiras. Não seria o caso de desenvolver estes jovens aqui mesmo para que se tornem líderes globais? Acredito que o governo japonês deveria dar mais atenção para este fato.

Acho particularmente significativo adotar essa medida no caso específico dos brasileiros, uma vez que o Brasil é um dos países que está se destacando no cenário mundial, na posição de um dos líderes entre os países emergentes, de modo que o desenvolvimento dos jovens brasileiros aqui mesmo no Japão será em benefício dos próprios japoneses.

A seguir, gostaria de falar sobre a política de controle das entradas e saídas do país. Havia dito anteriormente que para estabelecermos uma verdadeira política para estrangeiros, deveríamos encontrar formas balanceadas de conciliar as políticas relativas ao controle de entradas e saídas de estrangeiros com as políticas de integração social. Nesse sentido, uma das questões a ser discutida é a definição de quantos estrangeiros o Japão estaria disposto a receber no futuro. Esta discussão gostaria que fosse conduzida em foros multipartidários, não somente no âmbito do partido governista PDJ, mas com a inclusão dos partidos da oposição. Seria igualmente importante termos a participação de associações empresariais, sindicados, grupos de cidadãos e os próprios estrangeiros envolvidos no processo. Todos juntos deverão discutir o formato e a visão da sociedade japonesa do futuro.

Com vistas a buscar um caminho para o futuro formato de recepção de estrangeiros, podemos tomar como exemplo o sistema de estágio técnico em vigor no momento. Muitos jovens estrangeiros mostram grande interesse em tomar parte deste programa que tem servido como forma de assegurar mão-de-obra para as indústrias japonesas. No entanto, este programa por si só carrega vários problemas no seu âmago e acredito que precisa ser totalmente reformado, apesar de ter sofrido pequenas mudanças recentemente. A questão é saber que tipo de sistema poderia ser introduzido em substituição ao atual sistema de estagiários técnicos.

Em termos mais amplo, discute-se a assinatura de Acordos de Parceria Econômica (EPA) com alguns países, acordos de livre comércio que inclui o intercâmbio de pessoas, de modo que as questões levantadas anteriormente também deverão refletir nas negociações de tais acordos, incluindo as políticas de imigração que serão adotadas no futuro. Da mesma forma, será necessário discutir as políticas relativas à recepção de refugiados neste país.

Para finalizar, gostaria de observar que os três palestrantes que fizeram as suas apresentações antes de mim falaram somente sobre temas referentes ao governo japonês. Aproveitando a ocasião, gostaria de falar também um pouco sobre o que o Governo brasileiro pode fazer.

Quando se fala do tema recepção de estrangeiros, isto é basicamente de responsabilidade do lado japonês, incluindo os órgãos de Governo, empresas, associações de cidadãos, entre outros. Mas no que se refere às escolas brasileiras, entendo que o Governo brasileiro tem muito a contribuir. Refiro-me a questão da homologação das escolas brasileiras. Claro que o lado japonês deverá tomar iniciativas no sentido de reconhecer as escolas brasileiras que ofereçam determinado nível de ensino e apoiá-las na medida do possível. No entanto, para os japoneses avaliarem o nível de ensino das escolas brasileiras é algo muito difícil. Fui informado que o Governo brasileiro já reconheceu 47 escolas brasileiras estabelecidas no Japão, mas pelo que soube, estas homologações não estão sendo acompanhadas de forma adequada.

No tocante à qualidade de ensino, acho óbvio de que o Governo brasileiro esteja melhor preparado para avaliar o conteúdo e a qualidade do que está sendo lecionado do que o governo japonês. Nesse sentido, gostaria de pedir ao Governo brasileiro que contribua no sentido de ajudar na avaliação do ensino das escolas brasileiras. Igualmente, peço para que não venham ao Japão simplesmente homologar as escolas e nunca mais aparecer, mas que acompanhe periodicamente o nível de ensino destas escolas. Agora há pouco, fui informado de que será criado um Setor de Educação no Consulado-Geral do Brasil em Nagóia. Acho muito positivo e faço votos que as coisas avancem exatamente nesta direção.

Outro ponto que gostaria de comentar é sobre a imagem do brasileiro aqui no Japão. Em 2014, o Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol e em 2016 as Olimpíadas na Cidade do Rio de Janeiro. Entendo que estes fatos representarão uma importante oportunidade para os brasileiros residentes no Japão. Se nesse período o Governo brasileiro formar parceria com o governo japonês e os governos regionais, no sentido de divulgar imagens positivas sobre o Brasil, poderá contribuir em muito com a melhora da imagem do brasileiro neste país. Faço votos de que implementem esta iniciativa.

De fato, isto já foi observado entre a comunidade coreana residente no Japão. Em 2002, foi organizado a Copa do Mundo em parceria com o Japão e a partir de 2003 houve um "boom" de novelas coreanas neste país, começando pelo grande sucesso de audiência obtido pela novela "Sonata de

Inverno". Com isto, acredito que a imagem dos coreanos residentes no Japão também melhorou bastante. Assim, em vista do Brasil estar agora organizando estes dois grandes eventos esportivos, além do fato do Brasil estar começando a ocupar posições cada vez mais destacadas no cenário internacional, acredito que contribuirá para a tomada de consciência japonesa em termos de dar mais atenção à comunidade brasileira aqui residente.

Por fim, gostaria de pedir a cooperação do Governo brasileiro, bem como do governo japonês e dos governos regionais para trabalharem juntos na elaboração de um plano conjunto em benefício dos nacionais brasileiros residentes no Japão.

Muito obrigado pela audiência.